



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 123

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 123

110ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 08

Indicações 09

Requerimentos 09

Projetos de Resolução 11

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 13

Dep. Pastor Edson Praczyk 13

Dep. Geraldo Cartário 14

Dep. Teruo Kato 16

Dep. Plauto Miró 17

Dep. Péricles de Mello 17

Horário das Lideranças:

Liderança da Oposição

Geraldo Cartário 14

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 18

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 20

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 22

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 24

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

Redação Final 27

2ª Discussão 28

1ª Discussão 28

Requerimentos 29

Encerramento da Sessão 29

Publicações:

Presidência

Ato 30

Comissão Executiva

Atos 30

Diretoria Geral

Portarias 35

Atas de Comissões

Redação 35

Especial de Reforma da Const. ... 36

Bloco Parlam. Agropecuário 36

DIÁRIO Nº 123

110ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE OUTUBRO DE 2007**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva,

Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Durval Amaral, Elton Welter, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Reni Pereira, Ribas Carli Filho e Stephanes Júnior (09).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 045/07

Curitiba, 27 de setembro 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, em benefício de suas Unidades Circunscrições Regionais de Trânsito e Postos de Trânsito, administrado no âmbito de cada unidade por um servidor designado pela Diretoria Geral da autarquia, fiscalizado pela Coordenadoria Financeira do órgão e regido conforme especifica.

O Departamento de Trânsito, tem área de atuação abrangente no âmbito do estado do Paraná e, através das Circunscrições Regionais de Trânsito - CIRETRANS, são atendidas as demandas do público usuário nos assuntos relacionados ao sistema de trânsito.

A amplitude regional, naturalmente provoca dificuldade do ponto de vista logístico, o que, gradualmente,

está sendo superado e aprimorado, objetivando-se que materiais de segurança para emissão de documentos e outras de custeio e/ou manutenção sejam disponibilizados em tempo oportuno.

Neste sentido estão sendo realizados esforços através da implantação (em fase avançada) de amplo processo de informatização das unidades administrativas (CIRETRANS), bem como as modalidades de atendimento voltadas a modernizar e otimizar o desempenho nos aspectos administrativos e operacionais.

Neste contexto e de modo idêntico ao modelo adotado por outros órgãos da administração direta/indireta de amplitude regional similar a do DETRAN/PR, implantaram a modalidade denominada Fundo Rotativo que, basicamente, consiste na descentralização de numerários, modernizando o atendimento de necessidades em geral e que, no caso particular do DETRAN/PR, destina-se ao atendimento de necessidades básicas como materiais de consumo, combustíveis e serviços de terceiros.

Na proposta de implantação nesta modalidade, as vantagens do ponto de vista operacional são evidentes. De um lado, será possível a redução de aproximadamente 3 mil documentos, considerando-se pedidos e notas de empenho, liquidações e ordens de pagamento com frequência trimestral nas suas complementações, para todas as CIRETRANS e Postos de Trânsito, das atuais "cotas" para gastos com materiais de consumo, combustíveis e serviços de terceiros. De outro lado, facilitar o atendimento oportuno e/ou imediato no próprio local, significa, de fato, maior dinamismo, eficiência e eficácia na resolução de problemas de apoio administrativo e logístico destas unidades.

É com essa preocupação, que o DETRAN/PR, na busca permanente de meios cada vez mais facilitadores, determinou elaboração de projeto que viabilize a implantação do Fundo Rotativo no DETRAN/PR, com subsídio em ampla documentação desta modalidade, adotada por diversos órgãos, alguns com mais de uma década de funcionamento.

Em conjunto, ambas coordenadorias incumbidas na elaboração do aludido projeto, COAD/COFIN, e efetivamente com base nos subsídios postos a disposição, desenvolveu o conteúdo adequando as peculiaridades da Autarquia, ficando evidente a conveniência e oportunidade da sua implantação, em razão de criterioso funcionamento nas suas quatro vertentes: a) suporte orçamentário financeiro; b) liberação; c) execução; d) prestação de contas.

Por ocasião, destaca-se que o projeto de implantação do Fundo Rotativo do DETRAN/PR, que iniciou no último quadrimestre de 2006, levou em consideração o dimensionamento do impacto orçamentário e financeiro, programando expressamente os montantes decorrentes das variáveis aplicadas no orçamento de 2007 nas codificações correspondentes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, em benefício de suas Unidades Circunscrições Regionais de Trânsito e Postos de Trânsito mantidos diretamente pelo DETRAN/PR, administrado no âmbito de cada Unidade por um servidor designado pela Diretoria Geral da autarquia, fiscalizado pela Coordenadoria Financeira da autarquia e regido pela presente lei.

Art. 2º A Receita do Fundo Rotativo será composta pelas dotações programadas no orçamento próprio da autarquia (fonte 250), nos elementos específicos e eventuais suplementações quando indispensáveis, destinados à manutenção, pequenos reparos, aquisição de material de consumo, combustível e outros gastos correntes de cada unidade, conforme manual de funcionamento.

§ 1º Fica vedada qualquer despesa com pessoal.

§ 2º Fica vedada qualquer despesa de capital.

Art. 3º Os recursos do Fundo Rotativo serão mantidos em depósito em agência de Banco Oficial, em conta única e especial, e o resultado das aplicações financeiras reverterá como receita do próprio Fundo Rotativo.

Art. 4º O Administrador do fundo prestará contas dos recursos à Coordenadoria Financeira do DETRAN/PR, que analisará a execução da despesa e a encaminhará à Inspeção do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com a lei.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo, por decreto, regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 046/07

Curitiba, 27 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 6.534.418,00 (três milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior aprovado pela Lei

Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, conforme especificado abaixo:

Os recursos de que trata este crédito especial no valor de R\$ 3.534.418,00 (três milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais), para abertura da atividade “Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia - Fundo Paraná - TECPAR” e o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para abertura da atividade “Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia na Área da Saúde - Fundo Paraná - TECPAR”.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 6.534.418,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais), com a criação de duas atividades, conforme especificado abaixo:

- no valor de 3.534.418,00 (três milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais), na Unidade Orçamentária 4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a atividade 4570.19571022.843 - Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia - Fundo Paraná - TECPAR, conforme Anexos I, III, V e VII desta lei.

- no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, a atividade 4760.10571152.844 - Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia na Área de Saúde - Fundo Paraná - TECPAR, conforme Anexos II, IV, VI e VII desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo VIII desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores desta lei, fica procedido o acréscimo e o decréscimo no Demonstrativo dos Repasses do Tesouro Estadual, conforme Anexos IX e X desta lei.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I					Fl.01
4500 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR					R\$ 1,00
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
4570 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR					
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Oper. Esp.	Total
19571022.843	Ciência e Tecnologia				3.534.418
	Desenvolvimento Científico				3.534.418
	Desenvolvimento do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia				3.534.418
	Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia - Fundo Paraná - TECPAR		3.534.418		
	Capacitar o TECPAR com instrumentos, ferramentas e serviços metodológicos para fortalecer a área de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como conhecimentos ao grupo técnico para atuar nesse segmento				
Total			3.534.418		3.534.418

ANEXO II					
4700 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE					R\$ 1,00
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
4760 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNSAÚDE					
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Oper. Esp.	Total
10571152.844	Saúde				3.000.000
	Desenvolvimento Científico				3.000.000
	Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia na Área de Saúde - Fundo Paraná - TECPAR		3.000.000		
	Recuperar e modernizar as atividades de produção de imunobiológicos e derivados de biologia molecular do TECPAR, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população.				
Total			3.000.000		3.000.000

ANEXO III								Fl. 02
4500 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR								R\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR GRUPO DE FONTES								RECURSOS DE TODAS AS FONTES
4570 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR								
Proj./Ativ.	Gr. ft.	Pessoal e Encar. Social	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
2.843	01			3.534.418				3.534.418
	T			3.534.418				3.534.418
Total				3.534.418				3.534.418

ANEXO IV								
4700 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE								R\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR GRUPO DE FONTES								RECURSOS DE TODAS AS FONTES
4760 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNSAÚDE								
Proj./Ativ.	Gr. ft.	Pessoal e Encar. Social	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
2.844	01			3.000.000				3.000.000
	T			3.000.000				3.000.000
TOTAL				3.000.000				3.000.000

ANEXO V								Fl. 03
4500 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR								R\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO								RECURSOS DE TODAS AS FONTES
4570 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR								
Proj./Ativ.	Mod Apl.	Pessoal e Encar. Social	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
2.843	90			3.534.418				3.534.418
	T			3.534.418				3.534.418
Total				3.534.418				3.534.418

ANEXO VI								
4700 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE								R\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO							RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
4760 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNSAÚDE								
Proj./Ativ.	Mod Apl.	Pessoal e Encar. Social	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversoes Financeiras	Amortização da Dívida	Total
2.844	90			3.000.000				3.000.000
	T			3.000.000				3.000.000
TOTAL				3.000.000				3.000.000

ANEXO VII								FL. 04 R\$ 1,00
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA								
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	L D R	Valor	N. do Proc. COP	
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior							
4570	Instituto de Tecnológico do Paraná - TECPAR							
2843	Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia - Fundo Paraná - TECPAR	3390.30	132	01	L	950.000	1688	
		3390.39	132	01	L	2.584.418	1688	
4700	Secretaria de Estado da Saúde							
4760	Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE							
2844	Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia na Área de Saúde - Fundo Paraná - TECPAR	3390.30	132	01	L	1.000.000	1688	
		3390.39	132	01	L	2.000.000	1688	
Total						6.534.418		

ANEXO VIII								FL. 04 R\$ 1,00
CANCELAMENTO DE DESPESA								
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	L D R	Valor	N. do Proc. COP	
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior							
4560	Fundo Paraná							

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO VIII					FL. 04 R\$ 1,00
2429	Ações e Projetos em Ciência e Tecnologia	3390.30	132	01	L	1.434.418	1687
		3390.39	132	01	L	2.100.000	1687
4700	Secretaria de Estado da Saúde						
4760	Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE						
2430	Ações e Projetos em Ciência e Tecnologia ea Área de Saúde	3390.30	132	01	L	1.000.000	1687
		3390.39	132	01	L	2.000.000	1687
Total						6.534.418	

ACRÉSCIMO DOS REPASSES		ANEXO IX		Fl. 05 R\$ 1,00
Código	Especificação	Valor	Processo	
4570	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior			
	Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR Recursos Próprios do Tesouro	3.534.418	1686	
Total		3.534.418		

REDUÇÃO DOS REPASSES		ANEXO X		Fl. 05 R\$ 1,00
Código	Especificação	Valor	Processo	
4560	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior			
	Fundo Paraná Recursos Próprios do Tesouro	3.534.418	1687	
Total		3.534.418		

Ofícios

Sob nº 101 - P/MC da Sra. Ministra Ellen Gracie - Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que a medida cautelar de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3936, onde é o requerente o Governador do Estado do Amazonas, e requeridos o Governador do Estado do Paraná e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na Sessão Plenária de 19 de setembro do corrente ano, por unanimidade, deferiu a medida cautelar para suspender a vigência das normas contidas (1) no artigo 2º da Lei nº 10689, de 23 de dezembro de 1993, deste estado, e (2) nos incisos XXXII e XXXIII, e parágrafos 36, 37 e 38, do artigo 50 do regulamento do ICMS deste estado (Decreto Estadual nº 5141/01), acrescentados pelo Decreto Estadual nº 986, de 22 de junho de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 318/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 355/07 de autoria dos Deputados Rosane Ferreira, Ribas Carli e Rui Hara, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 319/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 352/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 320/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 358/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 321/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 364/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 1822/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Douglas Fabricio, Marcelo Rangel, Valdir Rossoni e Luiz Malucelli que pedem esclarecimentos sobre o total da receita proveniente do ICMS e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 1811/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que pede esclarecimentos sobre o último concurso público aberto pela Polícia Militar do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 613/GAB, do Sr. Ricardo Gomyde - Diretor Presidente da Paraná Esporte, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre o projeto FERA festival de artes da rede estudantil. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1598/2007 - DG/SEED, do Sr. Ricardo Fernandes Bezerra - Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre a real situação do IESDE do Brasil S/A - Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino". **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicação

INDICAÇÃO Nº 313/07

SÚMULA:

Indica a necessidade de fazer adequação à microbacia do Bairro Rural de Gabiroba no município de Santo Antonio da Platina.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Dr. Valter Biachini.

O Deputado Luiz Malucelli, respeitosamente dirige-se à Secretaria, a fim de solicitar a possibilidade de se efetuar a adequação necessária (murundus/terraço) na microbacia do Bairro Rural de Gabiroba, no município de Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

A região alcançada pela microbacia do Bairro Rural de Gabiroba, não possui esta proteção, de maneira que com as fortes chuvas ocorrem grandes transtornos e inclusive prejuízos aos proprietários, de forma que se

faz necessária a presença do Governo, que ao possibilitar a melhoria solicitada, certamente estará contribuindo de forma relevante para o crescimento daquela região e por conseguinte ao município, a solicitação atende ao Ofício de nº 438/07, expedido pelo nobre Vereador Alécio Merlim, da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina/PR.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER autorização da Assembléia Legislativa do Paraná para ausentar-se do país com destino à Portugal e Espanha, países da Europa, no período de 8 a 18 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 2937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, alteração de data, já autorizada por esta Comissão Executiva, para o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 11 de outubro próximo, para o dia 25 de outubro, para explanação do Dr. José Sebastião Fagundes Cunha, sócio-proprietário do CESCAGE - Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais, sobre projeto desenvolvido por aquela instituição de ensino, de extração de etanol da batata-doce.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2934

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à EMBRAPA encaminhando requerimento da Câmara Municipal de Rolândia, solicitando mobilização para a erradicação da doença Huang Long Bing (HLB) ou Greening, no estado do Paraná.

Solicitamos, dessa forma, a indispensável participação da EMBRAPA, cujos trabalhos já demonstraram que tem capacidade técnica para orientar os citricultores do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam anexados aos Anais da Casa, documentos que reforcem pronunciamento feito por este Parlamentar na Sessão Plenária em data de hoje, conforme relação abaixo:

- fotos;
- Boletim de Ocorrência nº 5B/486/07;
- Ofício nº 158/07, da Secretaria de Transportes

Regional de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Valter Bianchini, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando uma mobilização urgente para o desenvolvimento de uma Campanha de Erradicação da doença Huang Long Bing (HLB) ou Greening, que está avançado de forma ameaçadora no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Huang Long Bing (HLB) ou Greening, é uma nova e temida doença que ataca os citros, também conhecida como Amarelão. A praga surgiu na China e hoje se alastra por vários países da África e da Ásia. No Brasil, foi constatada pela primeira vez em 2004, na região central de São Paulo, trazida através de material de propagação vegetativa, introduzida clandestinamente.

A praga é causada por uma bactéria que se aloja no floema, denominada *Cardidatus Liberibacte*, com variantes mundialmente conhecidas, como africana (*Candidatus Liberibacter Asiaticus*).

No Brasil, foi detectada apenas a variante asiática, porém com características distintas, denominada *Candidatus Liberibacter American*, cujo vetor é um inseto da família *Psyllidae*, a *Diaphorina Citri*, presente em quase todo o Brasil. Esse Psilídeo infesta também a planta *Murraya Paniculata*, conhecida como murta, muito utilizada em jardinagem e arborização urbana.

A incubação da doença se dá por volta de 2 anos, podendo provocar o declínio, a redução drástica da produção e a morte da planta.

A distribuição da bactéria pode se dar de maneira irregular, motivando na maioria dos casos, sintomas iniciais em um só setor da árvore, na forma de clorose (mosqueado irregular) ao longo das nervuras das folhas, progredindo para amarelecimento e surgimento de ramos com folgas amarelas, contrastando como verde restante da copa.

Pode haver brotação das folhas com tamanho reduzido, apresentando clorose, assemelhando-a a um sintoma de deficiência de zinco ou ferro.

A fruta da planta com sintomas é pequena, com a casca total ou parcialmente verde na parte basal e as sementes geralmente são abortadas. A fruta tem um gosto amargo.

Quase todos os cultivares e híbridos críticos são afetados pela bactéria do HLB ou Greening, destacando-se como mais suscetíveis as laranjas doces, as tangerinas e seus híbridos. A contaminação de uma área limpa da doença se dá por insetos vetores ou pelo plantio de mudas infectadas.

A denúncia que este Parlamentar faz neste documento, nos foi apresentada pelo Vereador Moacir Canônico, da Câmara de Vereadores de Rolândia

REQUERIMENTO Nº 2940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente, depois de ouvido o douto Plenário, aos Ministros do Transporte e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de solicitar a construção, em caráter de emergência, de uma nova ponte duplicada sob o rio Iguaçu, na BR-116, que faz a ligação dos município de Curitiba e Fazenda Rio Grande, no estado do Paraná, haja visto que já existe um projeto aprovado pelo DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Vez que a ponte atual, inaugurada pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek, há alguns anos, não possui mais condições de uso. Sendo assim, destaca-se, lamentavelmente, entre os trechos mais perigosos do Brasil, registrando altos índices de acidentes e tragédias. Prova disso que do início do ano até a presente data, já foram registrada mais de 40 mortes.

A média de utilização da rodovia é de 30 mil, veículos por dia, desde caminhões com carga pesada a carros de passeio, além de não possuir qualquer tipo de passarela para pedestres, colocando em risco a vida dos transeuntes que necessitam da mesma para fazer a travessia. Além destas, outras considerações que agravam a atual situação, se devem a licitação para que a Rodovia seja pedagiada, assim a responsabilidade quanto a reforma, construção e/ou infra-estrutura em geral, passariam a ser da concessionária vencedora da licitação, porém, são previstas para serem realizadas somente quando a concessionária ganhar

a decisão judicial que cancelou o edital de licitação existente. Isso causará à população usuária uma longa espera desta tão sonhada obra.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encaminhada aos Exmos. Srs. Ministros da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como ao Diretor do Departamento de Polícia Federal, aos ouvidos do douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, à reivindicação dos servidores do Plano Especial de Cargos e Salários da Polícia Federal, que lutam pela reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da categoria.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária em razão dos relevantes serviços prestados por todos os servidores da Polícia Federal brasileira, que já possuem termo de compromisso assinado desde 2006, pelo Governo Federal, garantindo a reestruturação do Plano Especial de Cargos e Salários, que evitará desvios de função, acabará com a terceirização, permitirá novos concursos públicos, reduzirá custos para o Governo e melhorará a qualidade dos serviços prestados, além de valorizar os servidores federais do PECPF.

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/07

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALP, que tem por objetivo a complementação de recursos financeiros destinados a programas e projetos de modernização, desenvolvimento, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos, bem como, ao reaparelhamento das instalações da Assembleia Legislativa, podendo realizar despesas vinculadas com:

I - execução de obras e reformas das instalações destinadas ao funcionamento das atividades administrativas e seu reaparelhamento;

II - aquisição de equipamentos, material permanente, bens móveis e contratação de serviços relacionados aos objetivos do fundo;

III - programas e atividades que visem o treinamento, à qualificação e ao aperfeiçoamento de pessoal, bem como, à segurança e melhoria das condições de trabalho;

IV - desenvolvimento e implementação de projetos, visando à atualização e melhoria da tecnologia utilizada pela Assembleia Legislativa;

V - a realização de concursos públicos para cargos do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa.

Art. 2º O FEMALP terá as seguintes fontes de receitas:

I - dotação orçamentária própria e créditos consignados no Orçamento Anual da Assembleia Legislativa;

II - recursos oriundos de convênios firmados pela Assembleia Legislativa com entidades públicas ou privadas, nos termos da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores;

III - recursos provenientes do imposto de renda retido na fonte, sobre remuneração e/ou subsídios;

IV - valores de inscrições em concursos públicos realizados pela Assembleia Legislativa;

V - doações;

VI - rendimentos de aplicações financeiras de recursos movimentados pela Assembleia Legislativa;

VII - alienação de bens da Assembleia Legislativa, considerados inservíveis, antieconômicos, irrecuperáveis ou obsoletos, por ato do 1º Secretário da Mesa Executiva;

VIII - valores provenientes de multas e sanções pecuniárias contratuais, cauções e depósitos que reverterem a crédito da Assembleia Legislativa, decorrentes de instrumentos por esta firmados;

IX - numerário advindo de inscrições e distribuição de material cobradas de terceiros em eventos realizados pela Assembleia Legislativa;

X - saldo financeiro positivo, apurado em balanço anual do próprio fundo;

XI - emolumentos de natureza indenizatória, como reposição dos custos com reprodução, com ou sem autenticação, de editais, procedimentos administrativos, peças processuais, trabalhos técnicos e científicos, respeitado o disposto no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição Federal;

XII - outras receitas eventuais.

Parágrafo Único. Os valores a serem cobrados de terceiros pelos serviços e fornecimento arrolados no inciso XI deste artigo observarão a legislação tributária estadual.

Art. 3º Os recursos do FEMALP serão movimentados exclusivamente em conta própria, sob a denominação: "Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional - FEMALP"; aberta em instituição bancária oficial da Assembleia, observadas as normas vigentes.

Parágrafo Único. O orçamento do FEMALP e a sua execução dependerão de prévia aprovação e autorização da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa.

Art. 4º A Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, será a gestora do FEMALP, podendo delegar esta atribuição em ato próprio.

Art. 5º Compete ao gestor do fundo, instituído por esta lei:

I - providenciar a inclusão dos recursos de qualquer fonte no orçamento do fundo, antes da sua aplicação;

II - organizar o cronograma financeiro de receita e despesa e acompanhar sua execução e a aplicação das disponibilidades de caixa;

III - responsabilizar-se pela execução do cronograma físico-financeiro do projeto ou da atividade orçamentária, com auxílio do agente financeiro;

IV - zelar pela adequação e utilização dos recursos do fundo;

V - examinar e aprovar projetos de modernização administrativa.

Parágrafo Único. Observada a legislação vigente, poderá a Assembléia Legislativa, mediante ato, baixar normas e instruções complementares e fixar planos de aplicação e utilização dos recursos do fundo.

Art. 6º Os demonstrativos financeiros do fundo instituído por esta lei obedecerão ao disposto na legislação federal, especialmente da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, artigo 48, e as demais normas aplicáveis à espécie.

Art. 7º O FEMALP terá contabilidade própria, aplicando-se aos seus registros o princípio de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4320/64 e a Lei nº 101/00.

Parágrafo Único. A prestação de contas da aplicação da movimentação do fundo será consolidada às contas da Assembléia Legislativa.

Art. 8º Os bens adquiridos com os recursos do fundo instituído por esta resolução serão incorporados ao patrimônio da Assembléia Legislativa.

Art. 9º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 709/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Brasileiro para a Saúde Preventiva - IBSP, com sede e foro no município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O IBSP é entidade sem fins lucrativos e dedicado a desenvolver atividades de assistência complementar à saúde; desenvolver atividades de apoio educacional e conscientização; desenvolver programas de apoio aos profissionais da área de saúde; desenvolver programas e projetos em prol da saúde integrados aos órgãos públicos municipais, estaduais e federal; promover o voluntariado; integrar as atividades com demais instituições do 3º setor; organizar atividades como treinamentos, cursos, seminários, feiras, exposições, oferecer treinamento e conscientização sobre a saúde para a comunidade carente; promover campanhas, cursos e treinamentos voltados para a melhoria da qualidade de vida.

Trata-se de trabalho de grande alcance social, haja vista promover melhoria na qualidade de vida da comunidade, atingindo o bem maior que é a saúde, levando os cidadãos a ter consciência da importância de uma boa alimentação.

PROJETO DE LEI Nº 710/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública ABRAC - Associação Brasileira da Canção Japonesa, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A ABRAC - Associação Brasileira de Canção Japonesa é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na R. Imaculada Conceição, 1787, em Curitiba, e regida por estatuto próprio e pelas disposições legais que lhe forem aplicadas.

Seus objetivos são: manter e fomentar as relações culturais e musicais entre as filiadas e entidades similares, através de promoções e intercâmbios culturais; cooperar com os poderes constituídos e com as demais entidades congêneres para a elevação cultural da comunidade nacional e promover o bem-estar social e benéfico de suas filiadas e das entidades filantrópicas. Entidades filiadas são representadas por pessoas físicas denominadas representantes regionais e não há entre os associados direitos e obrigações recíprocos.

Foi fundada no dia 18 de setembro de 2004, na sede da ACEMA - Associação Cultural e Esportiva de Maringá, ficando a sede em Londrina na R. Paulo Kawasaki, 101, e mudando de endereço para Curitiba, na R. Imaculada Conceição, nº 1787.

Os cargos da diretoria, conselho fiscal e conselho consultivo não podem ser remunerados.

Desta forma, pedimos o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Waldyr Pugliesi será que está na Casa? Eu iria fazer um pronunciamento em homenagem a ele, mas ele deve em seguida se apresentar aqui, e aí vou deixar para o horário do PTB. Quero restabelecer aqui uma verdade e ao mesmo tempo prestar uma homenagem ao Deputado Waldyr Pugliesi que foi nosso Secretário dos Transportes até o ano de 2006.

Falamos tanto de UTI e o pessoal do gabinete vai me mandar neste momento um fax que acabo de receber de Ponta Grossa. Veja como as coisas começam a andar no caminho, Deputado Plauto. Neste momento, em Ponta Grossa, temos leitos de UTI sobrando. Que alegria, que coisa boa podermos dizer isso aqui hoje, que aquela luta vem desde o começo do Governo Requião, daquelas brigas, daquele brigar todos os dias, daquele momento de enfrentar com muitas dificuldades, nós conseguimos chegar ao fim.

No dia de hoje, neste exato momento, a regional de saúde nos envia um fax que acaba de chegar nos mostrando que neste momento tem leitos de UTI sobrando em Ponta Grossa. E aqui, Deputado Plauto, deve se fazer um parêntese e também se homenagear esta combinação que funciona neste momento envolvendo o município de Ponta Grossa e o Governo do Estado. Temos neste momento uma parceria que funciona corretamente, o município fazendo a sua parte e o estado também fazendo a sua parte. E nós, com alegria, registramos que neste momento, depois de uma luta que começou lá em 2003, desde que o Governador assumiu, desde aquela reunião da NCG, lá na cidade de Tibagi, de lá para cá a coisa funcionou, a briga não parou. Começamos a nossa luta e o resultado não poderia ser diferente. Hoje temos em Ponta Grossa, no dia de hoje, leitos de UTI sobrando. Que Deus nos abençoe e que continue assim. O leito de UTI não resolve a vida de todo mundo, muitas vezes uma pessoa vai para o leito de UTI e acaba falecendo, mais é importante que aquela família tenha o direito de ter um leito de UTI.

Na sequência vou apresentar um documento. Daqui a pouco, quero prestar aqui uma homenagem ao nosso ex-Secretário dos Transportes do Paraná e ao o atual Secretário Tizzot, pelo que tem feito pelas estradas, principalmente, nos campos gerais.

Por isso, Sr. Presidente, encerro a minha participação, comemorando, para voltar daqui a pouco, quando o Deputado Waldyr Pugliesi estiver no plenário, para comemorar hoje, dia 02 de outubro, Deputado Plauto: tem leitos de UTI sobrando, em Ponta Grossa. Que Deus ajude que continue assim.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Pastor Edson.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras, senhores e imprensa.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para fazer 2 registros: primeiro, no que diz respeito a minha alegria por ter passado hoje, pela CCJ, nesta Casa, uma proposta de resolução, deste Parlamentar que vos fala, com respeito à adoção da utilização de papel reciclado em nossos gabinetes, como em toda a estrutura da Assembléia Legislativa.

Motivei-me a fazer essa proposta de resolução, que recebeu na CCJ parecer favorável, pelo Deputado Mauro Moraes, que embasado no regime da Casa observou que nada impedia a tramitação do mesmo. O que me motivou foi que, com base numa lei, que teve origem uma proposta minha, lei recente, que rege, que prevê esse mecanismo de conscientização de utilização de papel, principalmente, reciclável em toda estrutura governamental.

Dispõe que os órgãos da administração pública poderão promover programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo, o papel.

Portanto tenho incentivado a Mesa Executiva que se reuniu hoje, como faz todas as terças-feiras, para que nós da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná posamos dar o exemplo e sair na vanguarda dessa idéia que com certeza, será imitada por outros órgãos públicos, por outros estados, principalmente outras Assembléias Legislativas. Esse seria o primeiro registro.

O segundo registro, apenas fazendo uma correção de uma nota, do dia 02 de outubro, do Diário Popular, não sei se existe algum jornalista representante desse veículo de comunicação, mas na nota do Cena Política, que é uma coluna sobre comentários políticos, eis, que foi publicado sobre infidelidade partidária, que se questiona, que se preocupa tanto, no momento.

“A decisão prevista para amanhã, no STF, divide as opiniões dos Deputados...,” é o que diz essa nota. Faz o comentário de alguns Parlamentares, entre eles o Deputado Durval Amaral, do Deputado Mauro Moraes. Em dado momento, diz aqui: “Caso a decisão seja retroativa, na Assembléia ficam sem mandato, por supostamente terem trocado de partido: o Deputado Edson Praczyk, o Deputado Fábio Camargo, Deputado Geraldo Cartário que está atualmente sem partido e o Deputado Carlos Simões que é do Partido da República.”

A correção que faço, o representante do Diário Popular se equivocou nessa nota, é que eu já concorri à

eleição pelo PRB - Partido Republicano Brasileiro, portanto, não troquei de partido. Independente de qual seja a decisão do Supremo Tribunal Eleitoral ou Federal, continuo na minha prerrogativa de Parlamentar sem ter o mandato ameaçado.

Gostaria que ficasse registrado nas notas taquigráficas e conseqüentemente na Ata desta casa que eu disputei essa segunda reeleição, portanto, estou no 3º mandato já pelo Partido Republicano Brasileiro, o partido nota dez, de sigla dez, independente de qual seja a decisão do Supremo. Portanto, talvez os outros Parlamentares, sim, estejam nesse alvo, nesse grupo de Parlamentares que torçam por essa ou por aquela decisão do Supremo. O que não é o nosso caso.

Fica aqui os nossos dois registros, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (Sem Partido)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O jornal Gazeta do Povo, hoje, traz a notícia de que a Justiça Federal acabou impedindo o leilão dos pedágios no dia 9. Isso quer dizer que nem se habilitaram ainda as empresas para obter o pedágio nas rodovias federais, ainda não pedagiadas, que é o caso da BR-116, e já está aí o tumulto.

A COPEL procura se organizar para poder participar, do outro lado uma empresa, vejam bem, Srs. Deputados, aonde chegou a vontade de explorar o pedágio no Brasil. A empresa que adentrou na Justiça é uma empresa argentina. Uma empresa argentina querendo também faturar em cima do pedágio, não aceitando o jogo que se espera. Já ingressou na Justiça e já ganhou, a ponto de conseguir uma liminar suspendendo esse famigerado pedágio que está para surgir em algumas rodovias.

Todos os companheiros aqui sabem da minha ligação com o município de Fazenda Rio Grande, a exemplo dos companheiros de outras cidades, como Ponta Grossa, que usam esta tribuna. Também venho aqui para defender o direito a que o cidadão da região sul do Paraná, mais empobrecida, Mandirituba, Fazenda Rio Grande, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Agudos do Sul e Piên, para que esses municípios não venham a sofrer com o pedágio.

Mas hoje, no meu programa da rádio, essa rádio que já me trouxe 30, 40 processos - tem um jornalista da revista Veja que já foi processado 120 vezes pelo Presidente Lula - estou muito além desse grande jornalista da revista Veja,

porque hoje quando se fala tanto em democracia, quando você agride alguma autoridade que se considera acima do bem e do mal, é processo em cima da gente!

Então, na rádio na qual eu tenho 40 processos, movidos pela mesma pessoa, hoje eu entrevistei o Diretor do DNIT e ele me disse o seguinte: "Cartário, você tem razão, o projeto da ponte do rio Iguaçu está concluído. Quando estávamos preparados para iniciar a obra, recebemos um comunicado de Brasília, aonde esta obra não vai mais ser executada pelo recurso público, mas sim pelo dinheiro que será arrecadado através do bolso da população".

O povo de Fazenda Rio Grande não pode continuar morrendo, porque 40 pessoas morreram, este ano, na ponte do rio Iguaçu. E o povo não pode continuar morrendo enquanto se espera e tem que pagar para não morrer, porque o pedágio vai trazer a ponte a ser executada com o dinheiro do pedágio. Então, enquanto não tem o dinheiro do povo para arrumar a ponte, o povo vai continuar morrendo, ou seja, é uma lei violenta esta de você ter que pagar para não morrer. E na Fazenda Rio Grande está assim: ou paga, ou morre.

O Governo Federal, representado pela bancada...

Sr. Presidente, são 10 ou 5 minutos, no horário do Pequeno Expediente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

São 5 minutos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

Mas, Sr. Presidente, acho que aqui a ditadura também chegou, porque no nosso tempo eram 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

São 5 minutos no Pequeno Expediente. No Horário das Lideranças é que são 10 minutos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

E quem não tem liderança e nem partido?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas, V. Exa. tem muitos companheiros que podem lhe ceder a liderança.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

Mas, a presidência desta Casa...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Geraldo Cartário, se V. Exa. desejar, o horário da Liderança da Oposição está em aberto, para que V. Exa. faça uso.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

Eu agradeço. Em homenagem ao Líder da Oposição vou mudar de assunto e ler, na Gazeta do Povo, um artigo muito interessante, escrito pelo grande jornalista

Celso Nascimento, do estado e do interior também, pé vermelho de Tomasina, que diz o seguinte:

(Lê):

“COPEL, secos e molhados 1

A decisão de uma Juíza do Distrito Federal que, ontem, suspendeu por tempo indeterminado o prazo (que terminaria depois de amanhã) para apresentação de propostas para o leilão do pedágio federal, dará mais tempo para a COPEL meditar no assunto e, eventualmente, até concluir providências. O que favorece a cura da sua ansiedade, revelada claramente quando da teleconferência que a empresa promoveu há 10 dias com investidores.

A ansiedade da COPEL explica-se pela conclusão a que chegou: esse negócio de produzir, transmitir e distribuir energia elétrica não é muito bom, não dá muito futuro. E é por isso que a empresa precisa investir em outros ramos, como pedágio e telefonia.

As afirmações do Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, feitas durante a teleconferência, revelam o dilema. Veja algumas de suas frases:

- Se não tiver mais nenhuma usina em leilão nos próximos 3 anos, eu fico fazendo o quê? A transmissão está quase impossível de competir. Nós participamos de 2 leilões da transmissão com uma TIR (taxa de retorno) de 4% e perdemos.

- Então, eu vou ficar fazendo o quê? E vou continuar no setor elétrico para dar prejuízo? Não. Eu tenho que procurar uma outra fonte para obter recursos. Na transmissão, é um negócio impossível de competir com o pessoal da Espanha, Portugal. Eu não sei qual é a mágica. Mas a mágica deles diz que nenhuma empresa brasileira consegue competir com eles.

- Se não tem mais nada no setor elétrico, claro que vamos olhar outros empreendimentos que não precisam ser efetivamente estradas ou energia, pode ser telefonia.

- A nossa concessão pode, em 2015, ter um problema, como está sendo divulgado aí. Ou as usinas podem ter, na frente, um problema de não renovar concessão ou ter que discutir concessão. Então, não podemos ficar parados.

- Nós temos uma grande intenção de investir muito em telefonia. (...) Só que isso é uma competição maior ainda. Hoje, a telefonia, tanto a fixa como celular, tem uma gama muito grande de empresas disputando, e multinacionais. São empresas de porte muito grande.”

Aí vem a “COPEL, Secos e Molhados 2”, e aqui é uma matéria que eu gostaria de ler para todos os Deputados, mas para não me adiantar muito, porque tenho outro assunto, diz aqui encerrando: “Por isso, pedágio, telefonia e álcoolduto são alternativas para garantir o seu futuro (COPEL), uma espécie de armazém de secos e molhados. A única afirmação que Ghilardi não fez foi dizer que a privatização da COPEL teria sido um bom negócio!”

Isso é uma resposta para nós mesmos, porque ele diz aqui que a COPEL, em 2015, vai ter que submeter uma concessão. E tem mais, gostaria que todos soubessem que a COPEL não foi negociada porque não teve

comprador. Não foi nenhum político ou algum segmento da sociedade que impediu que a Assembléia não autorizasse a venda da COPEL. Vamos deixar bem claro que aqui não se mudou a lei. A lei foi garantida pelos Deputados que defendiam o Governo Jaime Lerner, entre eles eu, e só não foi vendida porque não houve comprador e os compradores certamente já estavam sabendo que em 2015 ficariam sem a concessão, conforme relato aqui publicado. E os 5 ou 10 bilhões - não me lembro qual era o valor - poderíamos ter resolvido o problema definitivamente de tantos outros empreendimentos do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Apenas para fazer um registro. Vejo a sua leitura da coluna do jornalista Celso Nascimento, também tinha lido e parece-me que estou vendo o mesmo capítulo da novela, porque foi o mesmo argumento que foi usado para convencer os Deputados para votarem favorável à privatização, mas agora usado pelo Presidente atual da COPEL. Parece que estão alinhados!

Obrigado, Deputado Cartário!

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

É, Deputado Rossoni, como diz o ditado: nada como um dia após o outro! Lembro-me muito bem do passado e agora estão inventando uma forma de sair de fininho, como diz o caboclo.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao assunto da BR-116, ao pedágio, estou apresentando nesta Casa, na tarde de hoje, um requerimento para que o povo possa ficar não apenas aguardando o início do pagamento para não morrer, porque 40 pessoas morreram em poucos meses neste ano na ponte do rio Iguaçu. Essa ponte e essa rodovia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi construída sabem por quem? Por Juscelino Kubitschek de Oliveira. E quantos anos se passaram? Quais as melhorias?

Agora, quando o Presidente Lula quer se comparar ao Presidente Juscelino, para fazer uma ponte precisa que o povo pague. Ele que diz em suas entrevistas: melhor do que eu acho que não existe, mas talvez o Juscelino empate comigo. Só que o Juscelino, além de ter construído Brasília, ainda construiu essa rodovia que é a BR-116, tem diversos nomes, Via Dutra, BR-2, vem lá do nordeste e vai até Porto Alegre, até o Rio Grande do Sul. No entanto, o Presidente Juscelino construiu essa rodovia sem pensar em pedágio; e o atual Governo Federal, o atual Presidente da República, para construir uma ponte precisa que o povo fique pagando primeiro, Deputado Tadeu Veneri. V. Exa. que vive lá na Fazenda Rio Grande, como eu, sabe que 40 pessoas morreram nessa rodovia, de sábado para domingo mais um motoqueiro morreu. Não tem como passar naquela rodovia com 30 mil veículos entre caminhões e carros pequenos por dia. E o Presidente da República dá essa resposta à nação brasileira, para se construir uma ponte, para se alargar uma ponte tem que ser através de pedágio. E o

PT, que nesta Casa tanto combateu o Jaime Lerner quando implantou o pedágio, hoje está aí o PT, companheiros nossos, Deputados, pessoalmente nada contra eles, mas sim contra o que eles representam, que em um passado muito recente nos agrediam, e hoje está aí, assinei o nepotismo e a Bancada do PT disse que não pode assinar, que desagrada o Governador.

São coisas assim que ficamos pensando, Deputado Péricles, pensando nessa realidade, gente morreu, V. Exa. usa uma rodovia duplicada para ir para casa, uma rodovia duplicada muito bem conservada, V. Exa. usa essa segurança e conforto, enquanto este Deputado que vos fala, para ir à minha casa na Fazenda Rio Grande, tenho que correr pela estrada da morte, pelo corredor da morte, tenho que percorrer esse grande desafio aonde eu tive a honra, durante anos, de ter como meu vizinho de casa o Deputado Luiz Carlos Martins, hoje ele é um dos tantos que não estão suportando o desafio daquela ponte naquela estrada, acabou ficando mais tempo em Curitiba do que na Fazenda Rio Grande. Mas, certamente, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. retornará para a Fazenda Rio Grande, porque esse Presidente da República que aí está não irá perpetuar para sempre, o Governador também não, e haverá o dia em que todos seremos libertados e poderemos andar nas rodovias do Paraná e do Brasil sem correr risco de morte.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Venho hoje a esta tribuna para manifestar a minha grande preocupação com as condições do rio Paraná, que está sendo vítima de um processo impiedoso de assoreamento e, ainda, sendo atacado por algas letais para os peixes. Esta combinação, além de acabar com a pesca, está colocando em risco a navegabilidade do rio até para pequenas embarcações.

Na verdade, o que está em risco é muito mais que isso: é o nosso meio ambiente e todas as consequências devastadoras de agressão ao nosso ecossistema.

Na sexta-feira última, junto com o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Rasca Rodrigues e com o Prefeito do município de Porto Rico, Walter Romão, estive percorrendo de barco um trecho do rio Paraná. O que vimos foi assustador. Em vários trechos, onde a profundidade era de 8, 10 e 12 metros, hoje é possível ver o fundo do rio. A água límpida denuncia o grave e rápido processo de assoreamento que o rio Paraná está sofrendo. No fundo, é possível observar as algas, que estão vitimando

os poucos peixes que ainda estão na região. A maioria, em razão da mudança na temperatura da água, já se foi.

Esta situação, senhoras e senhores, é decorrente da construção de usinas hidrelétricas, em especial a de Rosana, acima de Porto Rico. Com outras usinas abaixo, o rio Paraná, no noroeste do Paraná, está se transformando num grande lago, com a correnteza perdendo a sua força. A interferência das usinas hidrelétricas no nosso meio ambiente está cada vez mais latente.

E teremos, em curto prazo, se nada for feito para conter este pernicioso processo, graves consequências econômicas também: pescadores sem condições de sobrevivência, o comprometimento de Itaipu, para onde, fatalmente, irá toda esta terra e o fim do turismo em vários municípios banhados pelo rio Paraná.

O surgimento das algas carece de pesquisa para determinar a sua origem. Mas o assoreamento está visível: a constante interferência no volume das águas, provocando artificialmente a elevação no nível do rio e, rapidamente, a baixa, faz com que o rio saia do seu leito natural. E ao baixar desbarranca as margens de arenito, trazendo junto a areia para o leito. Pode-se ver as marcas disso até nas margens das ilhas.

Sras. e Srs. Deputados, quero registrar e agradecer a visita que o Secretário Rasca Rodrigues fez a Porto Rico. Ele percorreu 600 quilômetros, de carro, para na sexta-feira pela manhã estar conosco no município. E ficou indignado com o que viu. Vai conversar sobre o assunto com o Governador Roberto Requião e quer promover um grande seminário para discutir esta questão.

Faço um apelo aqui à Comissão de Meio Ambiente desta Casa para que também se envolva nesta questão e dê o apoio necessário para que a Secretaria de Meio Ambiente possa realizar esta grande discussão sobre o assunto.

Solicito do nobre Deputado Cheida, sempre sensível a estas questões, que insira na pauta da comissão esta discussão.

E vou mais além: peço que os membros da Comissão de Meio Ambiente agendem uma visita para verificar *in loco* as condições do rio Paraná na região noroeste do Paraná. Tenho convicção de que, assim como o Secretário Rasca, V. Exas. também ficarão incomodados com o que verão.

Ao fazer uma breve palestra para agentes mirins de turismo de Porto Rico, o Secretário Rasca Rodrigues sugeriu que a cidade dê um grito para despertar as autoridades para a questão. Como representante daquela região, estou dando o meu grito de socorro e de alerta. E vou além: a nossa população está fazendo a sua parte. Prova disso é que o Prefeito Valter Romão conquistou um Centro de Educação Ambiental, porque Porto Rico cumpriu com sua meta de plantio de mata ciliar. Portanto, precisamos que as autoridades estaduais e federais façam a sua parte para evitar males ainda maiores.

O rio Paraná pede socorro. E, como Deputados e governantes, somos responsáveis em atender este pedido. Vamos proteger a mãe natureza.

Muito obrigado!”

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dia 5 é o último dia de filiação partidária para todos aqueles que querem participar da eleição de Prefeitos e Vereadores no próximo ano. Todos nós estamos aguardando. Nós que participamos da política, nós que participamos de partidos políticos aguardamos uma decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à situação dos políticos que estão no exercício do mandato e que mudaram de partido.

Por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Nós tivemos, logo após o término da eleição do ano de 2006, vários Deputados Federais e Estaduais que mudaram de partido, antes mesmo de tomar posse. Acabaram saindo de uma linha política, mudando o seu comportamento, tentando buscar, geralmente, partidos políticos que fazem parte da base aliada dos governantes.

Os partidos da Oposição - o PSDB e também os Democratas - foram ao Supremo Tribunal Federal para poder fazer uma consulta de quem era o mandato, se era do político que foi eleito ou era do partido. O Supremo Tribunal Federal respondeu que o mandato é do partido. Com isso, os partidos de Oposição, lá no Congresso Nacional, pediram para que o Presidente da Câmara dos Deputados chamasse os Deputados suplentes para que eles pudessem assumir e ocupar a posição da qual aqueles que haviam sido eleitos nas urnas mudaram de posição, de partido, antes mesmo da posse.

O Presidente da Câmara dos Deputados não cumpriu aquilo que o Supremo determinou e, novamente, os partidos procuraram o Supremo Tribunal Federal para que ele se manifestasse com relação a essa situação. O que nós vemos é que, até hoje, o Supremo não respondeu e não despachou sobre a questão de quem é o mandato: se é do político eleito ou é do partido. E agora, vemos vários Vereadores que foram eleitos mudando de partido ou querendo mudar de partido e não podem, porque a decisão do Supremo não sai e só vai sair dia 4, sendo que dia 5 é o último prazo para mudança partidária. Esta aí a instabilidade dentro da lei eleitoral e os políticos que desejam participar de uma eleição têm que aguardar para que possam situar-se dentro da lei.

Eu, pessoalmente, tenho uma opinião formada: sou Deputado de um partido só. O único partido que me filiei na minha vida, Deputada Cida, foi o PFL, que mudou de nome e eu continuei nele da mesma forma, porque ele deixou de ser PFL e hoje é Democrata. Tenho um grande respeito por pessoas que se posicionam partidariamente e defendem uma posição, uma linha ideológica, sem ter a necessidade de estar pulando que nem pipoca na panela. O político se elege num partido, no outro dia está no outro partido, depois muda o Governo, ele pula para

outro partido, como se não tivesse culpa de que os Governos mudam, de que os governantes mudam. Ele sempre tem uma posição de um lado ou de outro.

Eu defendo a proibição da coligação da proporcional para que candidatos a Deputados Federais, Estaduais e também Vereadores não tenham mais os seus partidos coligando-se, porque a única forma de termos um partido é quando esse partido trabalhar para ter dentro dos seus quadros pessoas que defendam uma linha ideológica. Dessa forma, esse partido poderá crescer com os seus militantes, tendo candidatos suficientes para eleger uma bancada e essa bancada, daí sim, tendo a sua fidelidade e não tendo que pular de um lado para outro.

Acredito que a moralidade na política, Sr. Presidente, passa pela fidelidade partidária e, também, pela não-coligação na proporcional dos partidos, porque senão vamos eternamente ver, Deputado Malucelli, políticos falando uma coisa e depois que se elegem, fazendo outra coisa.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, último orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria, inicialmente, responder algumas questões colocadas pelo nosso amigo, Deputado Cartário. É verdade que o Partido dos Trabalhadores tem se colocado contra a forma de pedágio realizado, principalmente no Paraná. Digo isso por mim, que fui Deputado um mandato e meio, de 1995 a 1999. Estudei com uma certa profundidade a questão do pedágio no Paraná e denunciei coisas gravíssimas.

Todos sabemos que a licitação para o pedágio foi uma grande farsa. Foi um grande acordo de grandes concessionárias, empresas e empreiteiras. Lembro-me de uma cláusula que as empresas que quisessem se consorciar, participar da licitação, nesse consórcio, não se somava o capital individual das empresas. O capital considerado era a média ponderada pelos percentuais de participação. Esse foi o acordo geral que aconteceu no Paraná. Se 10 empresas médias que tivessem, por exemplo, o capital de mil, o capital das 10 consorciadas, daria mil, que era a média ponderada. Isso impediu qualquer média de participar. As empresas que conseguiram consorciar-se com as grandes, ficavam com um mínimo de participação ou, inclusive, ações na Justiça.

Trabalhei 2 anos sobre isso. Naquela época, não conseguíamos 18 assinaturas para fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu disse que o pedágio pode existir, desde que seja transparente e que o Governo tenha controle dos recursos arrecadados e fiscalização sobre os investimentos que acontecem.

O Lula não é Presidente só do PT. Não temos a maioria do Congresso para fazer tudo aquilo que sonhamos e queremos. Tem que haver um grau de governabilidade. O Governo Lula é fruto de várias forças sócias, não só do PT. Muitas coisas que o PT acredita, que podem acontecer no Brasil, não existem forças do próprio Presidente para realizar.

É importante também dizer, Deputado Cartário, que em comparação com o pedágio do Paraná, a tarifa do pedágio federal é muito menor. Assisti o Procurador-Geral da República, na terça-feira, na TV Educativa, onde mostra a grande diferença que existe, por isso demorou-se bastante tempo para publicar esses editais e, agora, tem que haver uma investigação em uma denúncia, independente de o Governo ser do PT ou não. Mas mesmo estando correta essa tarifa, as pessoas vão pagar um pedágio muito menor nas rodovias, do que esse atual pedágio que pagam, hoje, no Paraná.

Temos uma comissão que participamos, como o Deputado Plauto, para aprofundar algumas investigações sobre a questão do pedágio. tenho certeza absoluta que o nível de lucratividade dos pedágios paranaenses são os maiores do Brasil e, talvez, os maiores do mundo.

Por isso, estou apresentando um projeto de lei que fala sobre pedágio. Esse projeto dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sensores e painéis eletrônicos nas praças de pedágio no estado do Paraná. *Art. 1º Esta lei dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sensores e painéis eletrônicos automatizados, de funcionamento on-line, junto às praças de pedágio, para fins de fiscalização e acompanhamento do Poder Público, do fluxo de veículos, que cruzam as rodovias concedidas pelo estado do Paraná. § 1º Os sensores eletrônicos a que se refere esse artigo, deverão, no mínimo segregar o tráfego, diariamente, com fiscalização mensal.* Porque hoje a fiscalização do estado, contabiliza através de amostragem o número de carros que passam nas praças de pedágio.

Pelas informações que temos, muitos questionamentos podem surgir, mesmo que uma cláusula do contrato seja risco da concessionária. A previsão de um aumento de tráfego, anualmente, se essa previsão não se realizar, a concessionária para o pato, digamos assim. Se for maior que o previsto, ela tem o sobre-lucro, que é uma coisa absurda, fruto do contrato feito aqui contra os interesses do povo paranaense e que muitos de nós estivemos aqui por ocasião desses contratos realizados em nosso estado.

Mas, todos os indicadores, Deputado Jocelito, que vimos, comparando o aumento de veículos no Paraná com o aumento de veículos passantes, há o descompasso enorme pelas estatísticas que a minha assessoria analisou. Só para se ter uma idéia, Praça 1 de Jacarezinho, o tráfego previsto no contrato entre 1999 e 2005 é para ter um aumento de 74,81%. O realizado conforme a contabilidade do pedágio e amostragem foi de apenas 38,88%. A Praça 2 de Jataizinho era previsto um aumento de tráfego

de 19,67% e houve um aumento negativo de - 16,61%, quando os dados de Produto Interno Bruto de automóveis vendidos, todos os dados estatísticos mostram que aumentou muito o número de automóveis no Paraná. Mas, isso não aparece na contabilização do pedágio. Sei, porque ando nessa rodovia de Ponta Grossa a Curitiba toda semana e sinto a diferença do que acontece hoje e o que acontecia há alguns anos atrás.

Então, para que haja um absoluto rigor na fiscalização, estamos propondo esse projeto de lei, que esperamos seja aprovado por unanimidade nesta Casa, implantado, sancionado pelo Governo do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Queria também, usando a Liderança do PT, voltar a tratar desse assunto do pedágio na discussão do projeto, mas aconteceu uma prisão na noite de sábado em Ponta Grossa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de um Vereador, é o segundo Vereador preso pela Polícia Militar. É evidente que eu não estava no local para saber a realidade dos fatos, mas ouvi o Vereador. Ele estava com a sua família, com a sua mulher, sua mãe, seu filho de 13 anos, trabalhando. Ele promove eventos em Ponta Grossa e faz blitz numa das avenidas principais e segundo a informação do Vereador, ele estava com um carro com som. Um vizinho reclamou - tinha 2 carros de outras pessoas do outro lado da rua, também com som, divulgando alguma coisa - um soldado da Polícia veio conversar com ele e abaixou o som do carro. Do outro lado não foi abaixado. Passou um tempo, um Tenente da polícia veio e houve uma discussão, problema verbal entre os dois. Foi algemado, jogado no camburão da Polícia Militar, levado à Delegacia e passou a noite. O Delegado de plantão só o liberou mediante fiança às 07h30 da manhã de domingo.

Recebi uma ligação do Presidente da Câmara, vários Vereadores estiveram na Delegacia tentando a fiança, era uma autoridade que tinha sido presa, trabalhando, pode até ter cometido um equívoco, depois das 22h o som ter ficado alto, pode até ter tido uma discussão verbal com o Tenente, mas não acho que justifique uma forma de prisão assim.

O que as pessoas pensam? Se a Polícia Militar age dessa forma com uma autoridade municipal, eleita pelo povo, como é que vai agir com um cidadão comum? Não acredito que seja correto. Não ouvi o lado da Polícia, mas tenho confiança absoluta, pelas condições que aconteceram, que foi no mínimo um exagero, uma espécie de crueldade da Polícia Militar.

Em função disso, vamos mandar um ofício para que seja investigada com profundidade essa questão que aconteceu em Ponta Grossa. Solidarizo-me com o Vereador porque, por mais que tenha cometido um erro, som alto depois da Lei do Silêncio, acredito que a forma como foi tratado é desproporcional a esse erro. E nada justifica também, na minha opinião, porque pelas informações

que tive não havia muitos problemas na Delegacia, que o Delegado tenha a fiança só às 7h30. Acho que devemos investigar, seja para um cidadão comum, seja para uma autoridade, qualquer tipo de ação da Polícia que exceda as suas funções legais e precípuas.

Por isso, quero fazer um ofício pedindo ao Secretário uma investigação profunda para que possamos tomar algumas deliberações, a partir dessa análise profunda desse ato que aconteceu na cidade de Ponta Grossa e, repito, é o segundo Vereador que foi preso em pouco tempo na nossa cidade.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado, permite um aparte?

(Assentimento)

Ouvindo atentamente o seu pronunciamento eu também fiquei sentido com essa situação que passou o Vereador de Ponta Grossa. Mas hoje de manhã fizemos aqui no plenarinho da Assembléia uma reunião com vários policiais militares que me procuraram até para dizer como a coisa acontece dentro do Batalhão, com relação, principalmente, aos Praças, aos Soldados.

E eu fiquei sabendo, só vou relatar um caso específico, que o senhor falou muito que vai ouvir a Polícia, para ouvir os dois lados, mas hoje eu ouvi um dos policiais militares me dizendo que tem uma situação dentro do Governo do Estado - quando um policial começa a trabalhar à noite, ele vai trabalhar das 20h até as 8h da manhã seguinte. Eles não recebem um vale-refeição, eles não têm assim, eu diria, direito, se for comer tem que ser do seu próprio bolso - trabalhando à noite o Governo não oferece condições para que esse profissional que está ali para fazer a segurança da população, tenha condições mínimas de ter direito a uma refeição.

Então, gostaria, o senhor estando com o Secretário da Segurança, estou investigando outros pontos, que de repente perguntasse sobre isto para o Secretário da Segurança, porque, só aproveitando o seu pronunciamento, eu também fiquei muito chocado se o Governo do Paraná estiver tratando os policiais militares desta forma. Certo?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Muito obrigado, Deputado. Agradeço a sua participação e concordo totalmente. Eu tenho sido defensor da Polícia Militar. Quando fui Prefeito de Ponta Grossa fizemos parceria com a Polícia Militar, para os jovens adolescentes de risco. Tratamos a Polícia Militar com o maior respeito, inclusive, acho que muitas coisas devem ser feitas.

Estou propondo, estou fazendo o último estudo constitucional, Deputado, inclusive a possibilidade de horas extras para a Polícia Militar, porque hoje é uma reivindicação que a Polícia tem me trazido, hoje muitos policiais que ganham pouco, acabam trabalhando, fazendo segurança às vezes uma segurança informal, que

faz competição com as empresas de segurança, com os vigilantes. Se achássemos uma forma, seria muito bom para o estado, porque teríamos mais condições de efetivo policial na rua defendendo os interesses da população e estamos terminando este estudo sobre a possibilidade de pagar horas extras.

Então, vejamos, quando eu falo aqui - eu tenho o maior respeito pela Polícia - agora, pelas informações que eu tive, Deputado, um Vereador que está trabalhando, cometeu um equívoco, foi algemado e jogado atrás de um camburão, colocado na Delegacia, pagando fiança, o Delegado deixou até passar a noite, me parece que é um exagero, um exagero. Não sei por quê motivo, mas é uma coisa muito complexa. Não estou entendendo bem o que aconteceu em Ponta Grossa, realmente. Sabe, não posso entender porque não era comum a Polícia tratar assim, nem os cidadãos e nem uma autoridade constituída.

Então temos que averiguar com profundidade.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só quero esclarecer a V. Exa., tenho acompanhado esse caso, até na condição da radialista e esse caso é um caso polêmico porque houve alguns entrevistos no início da Av. Michigan, um momento de divulgação de um evento, os ânimos se acirraram de ambos os lados, o que soubemos ali, e realmente V. Exa. tem razão: não precisa essa brutalidade, essa confusão toda.

E o Delegado disse hoje cedo na rádio que demorou a questão do flagrante, em função de que havia vários procedimentos em andamento, disse o Delegado, publicamente, no rádio. Estou apenas repetindo o que disse o Delegado, e que por isso demorou.

Mas, também não concordo como V. Exa. no sentido de que se algeme alguém e jogue no carro. Acho que não precisa disso.

Agora, houve muitos ânimos acirrados e vamos torcer que isto não se repita mais, que fica mal para todo mundo, principalmente para todos nós.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

É, eu entendo e concordo, Deputado Jocelito, mas ânimos acirrados, pessoa sóbrias, autoridades, o Tenente é uma autoridade, o Vereador também é, quer dizer, pelo que eu entendi, não havia motivo para ser tão rude a forma, tão violenta a forma de prisão, algemar um Vereador, jogar num camburão da Polícia no centro de Ponta Grossa! Acho que essas coisas têm que ser investigadas porque muitas coisas têm limites. Acho que temos que defender a Polícia, eu sou um defensor intransigente da ação cidadão, a favor do povo, mas se há exageros em pessoas da corporação isso tem que ser analisado com profundidade e, havendo esse exagero, tem que ser punido.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças.

Com a palavra, no horário do PTB, Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Waldyr Pugliesi, quero fazer uma homenagem a V. Exa. hoje. O senhor não é o homem da Justiça, das coisas certas? Quando eu batia na sua Secretaria quando o senhor era Secretário, nas diversas vezes que me recebeu como Secretário, V. Exa. nos falava das obras que o Governo estava fazendo e eu vejo aqui muitas reclamações de que em algum lugar não está sendo feito, mas eu me lembro que V. Exa. dizia para mim que ia começar as obras na região dos campos gerais. Ia fazer o Itaiacoca, ia fazer Cândido de Abreu/Reserva, ia fazer Palmeira/Ponta Grossa, V. Exa. ia fazer Pirai/Tibagi a Castro, enfim V. Exa. me dava uma alegria que iria reformar aquelas rodovias. E eu fiquei animado porque realmente as rodovias estavam numa situação bastante difícil. Fiquei feliz por ter sido recebido por V. Exa., várias vezes, como Secretário e V. Exa. me disse que até aquela famosa rodovia antiga que o Exército está fazendo hoje, seria feita na região de Castro/Pirai, era um dos grandes anseios e que está acontecendo, aos poucos, mas está acontecendo, que é a Estrada do Cerne.

Eu ouvi aqui, ontem, uma coisa que não é verdade e como sou um cidadão que mora em Ponta Grossa, vou e volto todos os dias, convivo com a população, não poderia deixar de falar sobre um pronunciamento feito ontem aqui que diz que o Governador do Estado é responsável pela morte de uma criança de 5 anos e de um outro pai que estava no carro, num acidente que ocorreu lá em Ponta Grossa, na PR-151. Fui buscar os documento, antes de me atrever a responder, eu fui buscar a verdade, Deputado Waldyr Pugliesi.

E para alegria minha recebo aqui do Gerente de Obras e Serviços, com data de hoje, do município de Ponta Grossa, dizendo o seguinte: “A rodovia PR-151, sub-trecho Ponta Grossa/Palmeira, com extensão de 46,26 quilômetros, pertence à malha rodoviária da Superintendência do Campos Gerais. No ano de 2006 a mesma foi totalmente recuperada, através do programa emergencial do Governo do Estado do Paraná, tendo sido aplicado na mesma em torno de 5.5 milhões em sua recuperação de pista. Toda sinalização vertical foi renovada e a horizontal idem, logo após o término dos serviços. Existe hoje uma conservação constante de roçada manual, limpeza de sarjetas, bueiros, etc, de toda extensão da mesma. O DER Paraná prima pela segurança do seu usuário. Portanto, todos os acessos que levam à

rodovias são de responsabilidade de particulares ou de municípios.”

Trouxe aqui, Deputado Waldyr - depois quero deixar na Casa esses documentos - trouxe as fotos da rodovia, fiz questão de fotografar a rodovia, porque esta é a rodovia recuperada que V. Exa. pediu para recuperar, devidamente sinalizada. E aqui foi o acidente que aconteceu em Ponta Grossa. E aqui tem um acesso que é de responsabilidade do município e não do estado. E esta rodovia, Deputado Waldyr Pugliesi, está aqui toda sinalizada, com as faixas, tudo de acordo como determina a lei. Está pronta.

Mas fui mais, Deputado Waldyr, depois do discurso do Deputado Marcelo Rangel aqui, dizendo: “Se o Governo tivesse tomado as atitudes necessárias, talvez esse acidente não tivesse ocorrido.” O Deputado disse que foi o Governo o responsável por esse acidente. Se tivesse sinalizado a rodovia, o acidente não teria acontecido. E quando se dá uma informação errada, às pela inexperiência do próprio Deputado Marcelo Rangel, seu primeiro mandato, isso acaba trazendo transtornos.

Quem ouve o rádio, ouve o seu programa vai dizer: “Puxa! O Governo mais uma vez falhou!” Mas o Governo não falhou não, o Governo fez a rodovia. Estamos vendo, aqui, o Deputado de Marechal Rondon reclamar das rodovias e estive lá, tem dificuldades, justo, eu vi dificuldades lá, sim, V. Exa. tem razão, mas não na nossa região. A nossa região, Deputado Plauto, V. Exa. quando Deputado também fez algumas rodovias, temos que nos lembrar disso, a ligação do Guaraji a Teixeira Soares, vamos ser justos, não vamos ser desleais agora, dizer que o Governo é culpado de um acidente, estou aqui com o boletim de ocorrência, que fui pegar hoje lá na Polícia Rodoviária e que não tem nada a ver com a sinalização. O boletim diz o seguinte: “Um Fiat Uno estava andando na rodovia, vem outro carro atrás e bate no Fiat Uno. O Fiat Uno passa para a outra pista, dá de cara com outra caminhonete e mata duas pessoas.” Onde está o crime do estado? Qual é crime do estado? Ou queria que o Secretário Tizzot estivesse lá fazendo os sinais, que o Secretário Waldyr Pugliesi estivesse lá? Não é justo isso, senhores.

Acho que temos que jogar com seriedade. Está aqui o documento, vou anexar nesta Casa hoje. Não foi o estado que matou aquela família, não. Não foi o estado que matou uma criancinha. O estado arrumou a rodovia, porque eu pedi muitas vezes ao Secretário que aqui está e pode confirmar, desde que assumiu o Governo várias vezes estive lá com ele, cobrando. E ele me dizia: “Calma que está no programa, clama que vai sair.” E a rodovia está asfaltada, aqui estão os documentos, os depoimentos, o boletim de ocorrência e aqui está a prova de que o acidente não foi culpa da rodovia do estado. A rodovia está recapeada. Um carro bateu atrás do outro e passou para outro lado. E daí é culpa de quem, Deputado Marcelo Rangel? É do estado? V. Exa. acha que a culpa é do estado?

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Gostaria de fazer um convite a V. Exa. para ir até o trevo do Cara Cara. O senhor pode pegar aquele calhambeque que o senhor levou o Governador Roberto Requião a Ponta Grossa, às 22h, juntamente com a Comissão de Obras e Transportes da Assembléia Legislativa, para o senhor ver que não existe nenhum tipo de redutor de velocidade para a entrada. Não existe nenhum tipo de sinalização.

Recebi um ofício agora, da Secretaria dos Transportes, dizendo que eles estão licitando e que vão fazer essa obra, sim.

Acho que o senhor está com problema de audição. Eu nunca falei que era de responsabilidade do estado. Eu disse que em junho apresentei um requerimento aqui na Assembléia Legislativa, aprovado pela maioria dos Deputados, pedindo a sinalização da rodovia entre Ponta Grossa e Palmeira. Se o Governo tivesse realmente acatado o pedido dos Srs. Parlamentares da Assembléia Legislativa, talvez essa tragédia não teria acontecido. Essa é a transcrição real do meu pronunciamento, que o senhor pode pegar pelas notas taquigráficas. Foi isso o que eu disse.

Agora o senhor faz essa trajetória entre Ponta Grossa e Curitiba, numa rodovia pedagiada. O senhor não está fazendo esse trajeto entre Ponta Grossa e Palmeira. Eu faço praticamente toda semana e sei que realmente a estrada entre Ponta Grossa e Palmeira está passando por uma situação difícil de sinalização.

Mas, por incrível que possa parecer, a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, comandada pelo Sr. Tizzot, pelo menos me responde, pelo menos tem respeito pela Assembléia Legislativa. Eles me comunicaram, ontem mesmo, através de um ofício, que estão providenciando sim, a sinalização adequada nesta rodovia.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pediria ao Deputado Waldyr Pugliesi se me concede o horário da Liderança do Governo para seguir nessa discussão.

Gostaria de falar nesse tema, porque acho que é um tema importante.

Obrigado, Deputado Waldyr Pugliesi.

Sr. Presidente, o Deputado Marcelo Rangel procura palavras naquilo que ele não falou. É um hábil comunicador. A sua fita está aqui, seu discurso está aqui, eu não sou surdo! Está aqui o seu discurso e a sua transcrição.

V. Exa., ontem, quis dizer que a responsabilidade era do Governo, da morte dessas pessoas. E não é verdade. Não é verdade que a responsabilidade é do Governo. O Governo fez a sua parte, fez a rodovia, sinalizou a rodovia. Se V. Exa. tivesse andado lá, teria visto a rodovia sinalizada. O Deputado Waldyr Pugliesi acabou de ver as fotos de ontem.

Como V. Exa. acostuma toda o dia com o nascer do sol, acha que V. Exa. é que fez o sol. Dizer a V. Exa. que lamento que esteja usando um momento de tristeza de

uma família, para querer cobrar algo que o Governo fez. O que o Governo fizer de errado nós devemos cobrar, mas, não naquilo que o Governo não deixou de fazer. O Governo fez a sua parte, fez uma rodovia que estava quebrada, arrebentada e que não tinha condições de andar. O Governo fez. O acidente, Deputado Marcelo Rangel, não tem nada a ver com a situação de sinalização.

Um carro bate atrás de outro carro, joga o outro da pista e, daí, a culpa é de quem? É do Governo. O Governo é culpado. O Governo é culpado, porque um carro bateu atrás do outro e o outro se desgovernou, deu de cara com a outra camionete. Está aqui o depoimento.

Passei na Polícia Rodoviária e peguei o croqui do acidente. Está tudo aqui. Vai para as notas da Assembléia.

Não é assim que se faz as coisas. Não é assim que funciona, não. Agora, um carro que bate atrás do outro, desgoverna, foi por falta de sinalização. Se tivesse sinalização não teria batido atrás. Não iria bater. Mas, faltou sinalização. Se fez a rodovia, bonita, perfeita, no documento, aqui, se gastou 5 milhões e meio na rodovia, para fazer a rodovia que estava quebrada, arrebentada. E aí é culpado o Deputado Waldyr Pugliesi, o ex-Secretário! A culpa é sua! V. Exa. que é culpado! Não... É o Tizzot, o culpado!

O carro está indo, e qualquer criancinha sabe disto. Sabe aqueles carrinhos que a gente brinca, quando é pequenininho - todo mundo já brincou de carrinho, quem não brincou de carrinho, aqui? De rolimã não, é maior. Então, você brinca com o carrinho. E se você vier com o carrinho de brincadeira, e bate, é acidente! E daí o Requião é culpado! É culpado o Governo. Eu tenho que rir pra não chorar! Eu tenho que rir, porque eu não consigo ver um negócio destes! O carro está andando. De repente, vem um outro e bate atrás. Bateu na traseira do outro, joga o outro para o outro lado da pista e é falta de sinalização! Ah, meu Deus do Céu! Eu não entendo mais nada na vida.

Eu trouxe as fotos, em homenagem a V. Exa., Deputado Pugliesi, porque eu vi ontem o que falou o Deputado Marcelo Rangel. E o Deputado se emocionou demais!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Eu quero dizer a V. Exa. que sempre o horário do nosso partido, o PMDB, poderá ser utilizado por V. Exa., principalmente quando V. Exa. faz de uma forma tão expressiva a defesa da verdade. Porque aqui se trata, na verdade, de restabelecer os fatos como eles são, a dramatização que ouvimos, ontem, ser feita pelo Deputado Rangel, de fato merece um pronunciamento do porte daquele que V. Exa. está fazendo, onde restabelece a verdade.

Parabéns, Deputado Jocelito, fico muito feliz de ver você, coerentemente falando das coisas boas. E quando tiver que criticar, critica também! Faz parte deste processo político no qual vivemos. Aqui tem debate político. É uma Casa política, é merecedor de que todos nós possamos ouvi-lo, sim. Parabéns pelo pronunciamento que faz, nesta tarde.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB) (Aparte)

Antes de mais nada, estou vendo a preocupação do Deputado Romanelli. A Liderança do Governo está por um fio. Mas, ontem, eu vi o Deputado Rangel ranger os dentes numa acusação que fez de maneira leviana, ao Governo do Estado, dizendo que a culpa daquele acidente era do Governo do Estado.

Veja bem, durante a invasão do Vietnã pelos Estados Unidos, durante todo o tempo daquela guerra, morreram menos soldados americanos do que os que morrem nas estradas brasileiras todo ano. Imagine: bêbados, muitas vezes provocam acidentes e basta ler todos os jornais nos finais de todas as semanas, que nós vamos ver o registro daquilo que acontece.

Portanto, as culpas não são dos Governos; muitas vezes existem culpas, sim. Mas, no caso específico, nada existe em relação aquilo que aconteceu. Eu ouvi, surpreso, e me coloquei numa posição, até, de não falar nada a respeito, pela inconsistência da acusação. Mas, hoje, você relata os encontros que teve com este Parlamentar quando eu exercia a chefia da Secretaria dos Transportes. E V. Exa. sabe que nós elencamos inúmeras obras, principalmente V. Exa. fala daquelas da sua região. E praticamente todas estas obras que colocamos no programa de Governo, para executá-las, nós assim o fizemos.

Portanto, quero agradecer a V. Exa. o restabelecimento da verdade nestas coisas que foram ditas, aqui, e tenha a certeza de que nós, do Governo Requião, sempre procuramos fazer as coisas que estão ao nosso alcance. Certamente algumas coisas não vamos conseguir fazê-las. Mas, sempre nos colocamos com o objetivo de fazê-las.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado. Eu queria encerrar dizendo, Deputado Romanelli, que tem leitos de UTI sobrando em Ponta Grossa, hoje. Começaram a funcionar os leitos do nosso hospital municipal e o nosso “cemitério”, lá em Ponta Grossa. Lá tem um hospital que se chama “cemitério”, sabia? Foi assim batizado. Já viram um hospital de cinco andares, quase pronto, na quinta laje já, até na internet - www.garagemdaesperanca.com.br, tem uma foto minha, na última laje do “cemitério” municipal de Ponta Grossa, o hospital regional. Está lá na internet, pra quem gosta de mexer. Na última laje, no alto, está o Deputado Jocelito, de vermelho, eu cumprimentando...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

O hospital regional já está na quinta laje? Mas, esta obra não era uma obra que...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É, o “cemitério”, na quinta laje.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. deve concluir, Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Concluo, dizendo o seguinte: V. Exa. que é de Pato Branco, que já brincou de carrinho, tenho certeza, nas ruas de Pato Branco ou nas redondezas, lá até nem se brinca de carrinho. Mas, vai um carrinho pequenininho, o outro bate atrás, aquelas coisas de criancinha, aí o carrinho vira para o outro lado, aí vem um caminhãozinho de madeira e bate, e alguém perde a vida, de brincadeirainha. A culpa é de V. Exa. que não soube cuidar dos carrinhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário destinado à Liderança do PP, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost**O SR. NEY LEPREVOST**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa teve duas reuniões de extrema importância. Uma reunião presidida pelo nobre Deputado Elio Rusch, que está coordenando um grupo de trabalho e abriu um diálogo com o Governo do Estado, para tentar uma solução para este problema gravíssimo dos hospitais psiquiátricos. A capacidade de endividamento dos hospitais psiquiátricos do Paraná está saturada. E se não for feito um aporte de recursos de no mínimo 3 milhões, a curtíssimo prazo, nós vamos ter um verdadeiro caos no atendimento a pacientes psiquiátricos no estado do Paraná. Os hospitais poderão fechar suas portas nos próximos dias.

Deputado Elio Rusch, junto com membros do Ministério Público, membros do sindicato dos médicos, da federação dos hospitais, e junto com a Deputada Rosane Ferreira, está coordenando este grupo de trabalho. E eu, sinceramente, confio numa solução, porque não acredito que o Governo do Estado vá agir com levandade em relação a uma questão grave como esta. É bem verdade que existe, hoje, no Brasil, uma política do Ministério da Saúde, antimanicomial, ou seja, uma política que visa manter o mínimo possível de pacientes psiquiátricos dentro dos hospitais.

Mas existem casos como o de dependência química pesada, casos como o dos suicidas, por exemplo, em que a pessoa tem que ficar internada e por isso é fundamental o trabalho desse grupo que o senhor está coordenando, Deputado Elio Rusch.

Um outra reunião da Comissão de Saúde da Assembléia foi de forma inédita em Curitiba, dentro do Hospital Pequeno Príncipe. Que eu tenha conhecimento é a primeira vez que uma Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa faz a sua reunião ordinária dentro do próprio hospital. Não uma visita, uma reunião com todo amparo da equipe técnica da Assembléia Legislativa e foi uma reunião bastante produtiva. Lá compareceram os

Deputados Marcelo Rangel, Luiz Malucelli, Edson Strapasson, Rosane Ferreira e eu. Conversamos com a diretoria do Hospital Pequeno Príncipe, cuja Ety Forte é a pessoa que lidera essa diretoria, junto com o José Álvaro Carneiro. Fomos informados que o Hospital Pequeno Príncipe atende 250 mil crianças por ano aqui no Paraná. Setenta por cento da capacidade do Hospital Pequeno Príncipe é disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde, principalmente para pacientes de Curitiba e região metropolitana.

A maioria da dedicação às famílias de baixa renda por meio do SUS está na missão do Hospital Pequeno Príncipe, mas gera um endividamento constante. A tabela do Sistema Federal da Saúde não é reajustada em sua totalidade a cerca de 10 anos. Somente em 2007 o descompasso entre o atendimento pelo SUS e a quantia de recursos repassado ao Hospital Pequeno Príncipe será de R\$ 8 milhões.

Nós estamos fazendo um apelo principalmente aos Deputados de Curitiba e região metropolitana, na medida do possível, quando vier o orçamento a esta Casa, procurem direcionar emendas ao Pequeno Príncipe. Estamos também fazendo um apelo ao Secretário Cláudio Xavier, para que seja aumentado o repasse mensal do Governo do Estado ao Pequeno Príncipe. O repasse hoje é de apenas R\$ 100 mil por mês. Se o Governo do Paraná estivesse cumprindo a Emenda Constitucional nº 029, que estabelece investimento de 12% da receita líquida do estado para assistência à saúde, sobriaria dinheiro para investir no Hospital Pequeno Príncipe e em tantos outros hospitais do Paraná.

Além da proposta de direcionamento de emendas para esse hospital, nós estamos também tentando através da Bancada Federal, especificamente através do Deputado Federal Ricardo Barros, do Partido Progressista, que é Vice-Líder do Governo na Câmara Federal - um agendamento com o Ministro da Saúde, com o Ministro José Gomes Temporão para irmos a Brasília e tentarmos conseguir um aporte de recursos, para que o Hospital Pequeno Príncipe dentro de 3 anos não venha diminuir o atendimento aos pacientes do SUS.

Hoje 70% das pessoas que vão em busca de tratamento no Hospital Pequeno Príncipe, são pacientes do SUS. Se nós não conseguirmos viabilizar um aumento nos repasses dentro de 03 anos teremos a diminuição para apenas 40% de atendimento do SUS, o que provocaria um verdadeiro caos na pediatria e principalmente no que se refere a procedimentos cirúrgicos infantis no estado do Paraná.

Então, é esse o alerta que quero fazer a esta Casa! Esse é o alerta que quero fazer à sociedade paranaense! Esse é o alerta que quero fazer ao Governo do Paraná e quero convidar todos os Deputados para que trabalhem unidos em prol desse hospital. Que não é um hospital de Curitiba, mas é um hospital de todos os paranaenses e até de muitos brasileiros de outros estados. Concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre colega Luiz Malucelli Neto.

O Sr. Luiz Malucelli (PSDB) (Aparte)

Deputado Ney Leprevost, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero registrar aqui que desde que entrei nesta Casa, há três meses, tenho acompanhado não como membro efetivo, mas pelo interesse que tenho pela saúde, um pouco dos trabalhos da comissão que o senhor preside. Quero parabenizá-lo pela forma séria como vem conduzindo a presidência da Comissão de Saúde nesta Casa, Deputado Ney Leprevost! Tenho visto a sua luta, o seu embate e o profissionalismo com que tem tratado do assunto.

Na semana passada tivemos a felicidade de dar o prêmio Pinhão de Ouro a dona Ety Forte, Presidente e mantenedora do Hospital Pequeno Príncipe. Quero estar junto com o senhor, tenho certeza que o nosso médico pediatra, o Deputado Luiz Accorsi também entrará nesta luta conosco e que os Deputados desta Casa haverão de estar juntos conosco, porque está agonizando o Hospital Pequeno Príncipe.

Estive hoje junto com o Deputado Marcelo Rangel e com o ilustre Deputado Ney Leprevost acompanhando a reunião e realmente se não tomarmos providências urgentes, o Hospital Pequeno Príncipe com certeza cortará ao meio os seus atendimentos. São crianças e crianças, não têm Partidos, não têm legenda. As crianças têm que ser atendidas, crianças até do Paraguai que aportam naquele hospital e que são atendidas, porque não podem ficar na calçada da Av. Silva Jardim. Por isso conto também, Deputada Cida Borghetti, que o Deputado Ricardo Barros, seu esposo, entre nessa luta junto com o nosso Presidente, Deputado Ney Leprevost, para que em regime de urgência o Ministro da Saúde atenda o grupo que hoje controla, comanda e administra o Hospital Pequeno Príncipe. Era isso e parabéns, mais uma vez, ilustre Deputado Ney Leprevost!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Luiz Malucelli!

A Comissão de Saúde é uma Comissão, que está funcionando bem nesta Casa e isso se deve a todos os seus membros, que são Parlamentares extremamente atuantes e que atendem a nossa convocação - como o senhor atendeu hoje pela manhã - comparecem às reuniões, participam, apresentam sugestões e se empenham para ajudar a comunidade.

Faço o meu encerramento apenas lembrando, Deputado Zucchi, que preside esta Sessão, que estamos cobrando do Governo do Paraná uma resposta ao nosso pedido de providências, que foi encaminhado na semana passada em que solicitamos uma solução para a questão dos medicamentos excepcionais aos pacientes do município de Londrina. O Secretário Cláudio Xavier esteve aqui na Comissão de Saúde no mês de junho e disse - isso está taquigrafado e gravado - que o mês de julho seria o último mês em que os paranaenses iriam ouvir falar em falta de medicamentos excepcionais.

Então, estamos esperando aqui uma resposta a esse pedido de providências, que foi protocolado no último dia 25 de setembro e que trata da questão da falta de remédios na cidade de Londrina.

Obrigado, Deputado Zucchi!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado V. Exa.!

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli, no horário da Liderança do PMDB.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, na sexta-feira a Comissão de Transportes estará se reunindo na cidade de Maringá, juntamente com três nobres Parlamentares daquela cidade, Deputada Cida Borghetti, Deputado Dr. Batista, Deputado Luiz Nishimori. Nós estaremos fazendo uma vistoria no Aeroporto Silvio Name. Estaremos entrando em contato também com algumas empresas responsáveis pelo transporte aéreo daquela região. E eu gostaria de fazer convites também para outros Deputados da região de Maringá, da região Norte do estado do Paraná. Então sexta-feira, a partir das 15h, estaremos fazendo essa vistoria no aeroporto de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aliás, o Presidente da Comissão de Transportes vai constatar em Maringá - aliás uma justa homenagem ao empresário Silvio Name Júnior falecido muito precocemente - vai encontrar um dos melhores aeroportos do nosso estado, senão do nosso país. Um terminal moderno que foi fruto de um longo trabalho, de vários Prefeitos aliás, entregue pelo atual Prefeito Silvio Barros, até estava presente na solenidade junto com o Governador Requião.

Mas Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador Requião na manhã de hoje na Escola de Governo, trouxe à luz números que são muito importantes para que nós possamos avaliar. Os números foram fornecidos pelo Secretário do Planejamento do nosso estado Enio Verri, e são referentes ao orçamento de 2008. Traz dados comparativos que são úteis a nossa reflexão, porque compara as receitas do Paraná com os estados do sul, e fundamentalmente em relação aos Poderes, e do órgão tão em tela ultimamente, o Ministério Público, que não é Poder, está dentro do Poder Executivo, mas são muito interessantes esses dados.

Primeiro comparativo em relação ao legislativo do Paraná e de Santa Catarina, ambos recebem 5% do orçamento. O Judiciário do Paraná vai receber em 2008, 9%, hoje recebe 8,5%, e o de Santa Catarina 7,4%. O Ministério Público do Paraná vai receber 3,7% e o de Santa Catarina 3,1%. Agora, o mais interessante, e isso na minha avaliação serve de alerta, porque muitas vezes nós temos discutido Deputada Beti Pavin, V. Exa. que é Presidente da Comissão de Orçamento, e que vai ter uma responsabilidade muito grande que é de conduzir o processo de discussão do orçamento para 2008. Nós todos sabemos que o estado do Rio Grande do Sul está falido. Mas por que está falido o estado do Rio Grande do Sul? Olha, o estado do Rio Grande do Sul tem um orçamento ainda maior do que o nosso estado do Paraná a nossa economia cresceu muito, está próxima do PIB gaúcho, mas a receita do Rio Grande do Sul ainda é maior do que a nossa, é 13,7% maior do que a nossa, são 21 bilhões, 296 milhões de reais o orçamento de 2008 no Rio Grande do Sul. Enquanto no Paraná, V. Exas. sabem, é de 18 bilhões, 730 milhões de reais. Mas veja que interessante, enquanto o nosso legislativo vai consumir 20%, e isso vai significar um orçamento para o ano que vem de 376 milhões e 313 mil reais para a Assembleia Legislativa do Paraná. A do Rio Grande do Sul é de 42,17% maior que a do Paraná. Porque o orçamento do Rio Grande do Sul será de R\$ 535 milhões.

Recentemente esta Casa recebeu a presença dos Desembargadores, do Presidente do Poder Judiciário Vidal Coelho e eles estão aflitos em relação à questão da prestação jurisdicional, especialmente na 1ª instância, onde tem que trabalhar com a questão do Direito.

Vejam a diferença: enquanto no Paraná o orçamento do Poder Judiciário é de 677 milhões e 364 mil; do Rio Grande do Sul é de 1 bilhão 526 milhões de reais, 125% maior que do Paraná.

E do Ministério Público, no Paraná o orçamento será 278 milhões 472 mil, no Rio Grande do Sul será de 509 milhões e 900 mil reais. Ou seja, 83% maior que o Paraná.

Vejam porque um estado quebra. Vejam o quanto temos que ser rigorosos na boa aplicação do dinheiro público. Porque nesses R\$ 376 milhões do Legislativo paranaense, não é dinheiro para ser gasto pela Assembleia Legislativa, aqui se inclui toda a estrutura do Tribunal de Contas.

Vejam o quanto temos que ser responsáveis na gestão do dinheiro público. Quanto o Governador Roberto Requião tem lutado para poder preservar o interesse público e as finanças públicas. Sabemos o conjunto de demandas que atuam contra o caixa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso essa tribuna para fazer o alerta. Temos que estar muito vigilantes com as finanças públicas, porque o que está em jogo são os investimentos que temos que fazer na área da saúde e na educação.

Muito obrigado!

A SRA. BETI PAVIN (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero informar aos Srs. Deputados que a Comissão de Orçamento já recebeu, no dia de ontem, o orçamento e o PPA também.

Informar que nos próximos dias da semana que vem, estaremos definindo o Relator e, imediatamente, estaremos abrindo o prazo para as emendas.

Devemos aprovar, como esta Casa já sabe, o orçamento até a segunda semana de dezembro.

Estamos tentando facilitar o acesso dos Srs. Deputados e dos seus Assessores, então estamos abrindo um link direto do site da Assembléia Legislativa, e colocando toda proposta orçamentária e do Plano Plurianual, também, para que todos tenham o devido acesso e possam participar. Quem quiser, também, estaremos disponibilizando um CD para ser acessado.

Para os novos Deputados, estaremos definindo uma data (acho que deve acontecer já na próxima semana), nós vamos fazer um treinamento com a equipe técnica da Comissão de Orçamento para que possa se colocar, principalmente para os novos Deputados e seus assessores, como participar com emendas, enfim, para aprovação do orçamento na sequência.

Acredito que era isso. Então, os senhores aguardem que, nos próximos dias, nós estaremos fornecendo outras informações. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch no horário dos Democratas. Embora eu já tivesse chamado os Democratas, mas vou conceder esta permissão.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, eu não ia usar a tribuna, hoje, mas o Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Ney Leprevost, levantou uma questão da Comissão de Saúde, das duas reuniões que houveram, na manhã de hoje - uma aqui na Assembléia Legislativa e outra no Hospital Pequeno Príncipe. Eu apenas gostaria de deixar registrado, na Sessão de hoje, que a reunião que houve na sala das comissões aqui, na Assembléia Legislativa, que foi presidida pela nossa pessoa, com a presença da Deputada Rosane, nós tivemos aí a presença de diversos hospitais psiquiátricos do interior do estado do Paraná, ou seja, de Marechal Cândido Rondon, de Umuarama, Maringá, Londrina e também de Piraquara.

Nós já nos manifestamos, desta tribuna, em relação ao valor insuficiente que o SUS repassa para os hospitais psiquiátricos. Tanto é que o entendimento que nós obtivemos, aqui na Assembléia Legislativa, até para que se pudesse fazer um comparativo de qual é a planilha de custo de um hospital privado e a planilha de custo de um

hospital público. Uma vez que no Paraná nós temos um hospital estadual (Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho) e nós temos diversos hospitais privados no interior do estado e, também, na região metropolitana de Curitiba. É flagrante a diferença que existe entre os custos de um paciente nos hospitais privados e aquilo que o SUS repassa para esses hospitais e, também, quanto o hospital público - o Adauto Botelho - gasta em relação aos seus pacientes, ou seja, em relação aos seus internos.

O que os hospitais pedem? Até hoje o SUS repassa vinte e oito reais e alguns centavos por paciente a diária. Existe, agora, uma proposta da Secretaria da Saúde de repassar R\$ 35 (trinta e cinco reais), desde que os hospitais atendam, também, os adolescentes. Estaria condicionando o atendimento de adolescentes. Alguns hospitais não têm a mínima condição, nem a estrutura física e nem a estrutura humana, para que esses adolescentes possam ser atendidos. Por essa razão, se fez uma contraproposta, mesmo por que os próprios hospitais entendem, que não pode ser condicionado o aumento da diária de R\$ 35 (trinta e cinco reais) para R\$ 42 (quarenta e dois reais) desde que esses hospitais internem, também, os adolescentes.

Ora, como é que um hospital vai querer internar algum adolescente, se ele não tem a estrutura, nem física e nem humana? Seria desumano, com as pessoas que sofrem com esses problemas, interná-las sem condições técnicas necessárias.

Tivemos uma reunião em alto nível, independente de Deputados de Oposição ou da Situação, porque entendemos que é problema que afeta a sociedade do Paraná, como um todo. Eu disse, de manhã, na reunião - a Deputada Rosane foi muito feliz em suas colocações e os proprietários de hospitais também - quando iríamos fazer uma proposta, a primeira que surgiu foi de uma diária, algo em torno de R\$ 53, para os adultos e acho que 70 e poucos reais - não estou com os números, agora, Deputado Romanelli, porque o pessoal foi até a Secretaria da Saúde. Uma outra proposta que surgiu é que os hospitais privados do interior e mesmo na região metropolitana recebessem a mesma diária, que recebem os hospitais de Curitiba, que são supervisionados pela própria Prefeitura Municipal. Existe isso, porque existe a gestão plena dos recursos do SUS, da Prefeitura de Curitiba, ou seja, da central. É por essa razão que os pacientes estão internados, em um dos hospitais, em Curitiba. Isso se aplica única e exclusivamente para os hospitais de Curitiba, que recebem 28 reais e alguns centavos do SUS e o restante é suplementado pela Prefeitura de Curitiba. Ou seja, recursos do SUS que chegam a 60 reais.

De manhã, eu disse aos proprietários de hospitais, que seria conveniente procurarmos a Liderança do Governo, o Deputado Romanelli, para que ele também se sensibilizasse. Porque eu disse que ele já foi sensível, quando aprovamos o pedido de informações, para que pudéssemos ter esse comparativo. Esse comparativo nós temos. Não conseguimos encontrar o Deputado Romanelli

de manhã. Conversamos com a assessoria da Liderança do Governo. Quando saímos da reunião, encontrei o Deputado Romanelli, que prontamente se dispôs. Reconheço daqui, Deputado Romanelli, que pelo fato de sermos Oposição, vamos mostrar os defeitos e os erros do Governo.

Precisamos encontrar soluções. Procuramos isso em todos os sentidos. Procuramos a sua pessoa, o senhor abriu a porta da Liderança do Governo, conversamos após o almoço. A Deputada Rosane chegou a posterior e eu também, porque estávamos aguardando na sala e nos desencontramos. No final, o Deputado Romanelli abriu um canal de conversações, com a Secretaria da Saúde e, nesse exato momento, os hospitais psiquiátricos, os proprietários ou mesmo os dirigentes, os presidentes das fundações estão reunidos na Secretaria da Saúde, para ver se é encontrada uma solução.

Agradeço o Deputado Romanelli, pela sensibilidade que teve, em receber esta comissão. Eu gostaria de pedir desta tribuna - como a questão é política, da destinação desses recursos - que V. Exa. sensibilizasse também o Governo do Estado e a Secretaria da Saúde, não em aumentar a diária, porque é uma questão nacional. Não tem como você querer mexer na tabela do SUS, mas você pode suplementá-la. Essa suplementação poderia ser feita, via Secretaria da Saúde.

Deputado Romanelli, nós aprovamos no ano passado, através de uma emenda coletiva, no valor de R\$ 3 milhões, que está no orçamento. Os hospitais pedem, se a Secretaria da Saúde, em questão de emergência, agora, pudesse liberar esses recursos e achar uma forma de ratear isso com os hospitais, ao menos para cobrir a sua despesa. Vi o balanço de alguns hospitais e, por uma questão de ética, não quero falar quais são eles, em vermelho. Os números mostraram R\$ 1 milhão foi o prejuízo, no ano passado, desse hospital. Quanto mais pacientes esses hospitais psiquiátricos atenderam, maior é a despesa deles. Temos que encontrar uma saída, caso contrário, essas pessoas internadas hoje - os hospitais de Londrina e de Maringá iriam suspender o atendimento via SUS. Isso na semana passada. Falamos aqui da tribuna que iriam suspender, mas diante dessa reunião que promovemos na manhã de hoje, e esse canal de negociação que se abriu mais uma vez agora, esperamos que o Governo do Estado seja sensível e nós possamos encontrar uma saída para essa problemática. Porque sei que existe a questão técnica. Mas, existe a questão da sobrevivência e o Governo do Estado e a Secretaria da Saúde têm nas suas mãos a planilha. Sabem quanto custa o paciente no hospital do estado, Adauto Botelho. E também tem em suas mãos o custo que é repassado para os hospitais, que realmente está muito aquém daquilo que é necessário. Seria essa a colocação que eu queria fazer. Apenas deixar registrado que estamos aqui com os números.

Encerro, Sr. Presidente: Cascavel desativou 315 leitos; Guarapuava, 92 leitos; São José dos Pinhais, 585

leitos; Ponta Grossa, 274. Esses são números de janeiro de 2003. Eu tinha todos os outros números em relação a dezembro de 2006.

Então, espero que o Governo do Estado se sensibilize, a Secretaria da Saúde, e que possamos resolver essa problemática que a sociedade do Paraná enfrenta. Outro assunto, vou discorrer no dia de amanhã, que é em relação a COPEL.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 313/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente, sugerindo ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, fazer a adequação à microbacia do Bairro Rural de Gabiroba, no município de Santo Antonio da Platina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Antes, porém, um comunicado do Presidente Nelson Justus aos Srs. Deputados: no dia 15 de outubro, portanto segunda-feira que vem, às 10h da manhã, estará presente aqui o Dr. Heron Arzua para Audiência Pública conforme a Constituição do nosso estado.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2941, de autoria do Deputado Edgar Bueno constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país com destino à Portugal e Espanha, no período de 8 a 18 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 440/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 9804, de novembro de 1991, que declarou de utilidade pública a Associação de Formação do Menor Carente - Militares de Cristo de São Carlos do Ivaí, com sede no município de São Carlos do Ivaí e foro no município de Paraíso do Norte. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 440/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 9804, de 12 de novembro de 1991, que declarou de utilidade pública a Associação de Formação do Menor Carente - Militares de Cristo de São Carlos do Ivaí, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Formação da Criança e do Adolescente de São Carlos do Ivaí - AFCA, com sede no município de São Carlos do Ivaí e foro no município de Paraíso do Norte.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 537/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/07, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Nova Esperança, imóvel conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 537/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a fazer a cessão de uso, ao município de Nova Esperança, de imóvel com área de 1.660,80m2, conforme Matrícula nº 5567, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Art. 2º O imóvel, objeto desta cessão de uso, deverá ser utilizada a área total para a construção de um barracão a ser usado pela Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Agricultura, para promover os produtos produzidos pela comunidade rural,

sendo retomado pelo estado caso se comprove destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 539/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/07, que prorroga os efeitos da Lei nº 11255, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 539/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam prorrogadas, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação desta lei, os efeitos da Lei nº 11255, de 21 de dezembro de 1995, que teve o seu prazo prorrogado pela Lei nº 13570, de 03 de junho de 2002, pela Lei nº 14552, de 02 de dezembro de 2004, e pela Lei nº 14890, de 07 de novembro de 2005, que dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do estado do Paraná ou em quaisquer de suas dependências.

Art. 2º Mediante decreto governamental, baixado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação da presente lei, será constituída Comissão Especial, que funcionará junto ao Secretário Especial de Correção e Ouvidoria-Geral, para análise dos pedidos de concessão de benefícios.

Parágrafo Único. O prazo para protocolização de requerimento, devidamente instruído, será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instalação da Comissão Especial de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 609/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação dos Clubes de Mães de Umuarama, com sede e foro no município de Umuarama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 609/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Clubes de Mães de Umuarama, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.10.07.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

2ª Discussão**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Brasilândia do Sul - ACBBS, com sede e foro no município de Brasilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação São Pedro dos Moradores de Faxinal dos Francos, com sede e foro no município de Rebouças. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda geral da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 635/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Produtores da Água Mineral de Irati - estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama - ADEFIU, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 664/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Asshaías Felipe Assuane. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública estadual a Rede de Mulheres Negras do Paraná, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 332/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de utilidade pública a Rede Mulheres Negras do Paraná, com sede e foro nesta capital.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, para atender ao disposto no Estatuto Social da entidade que se pretende declarar de utilidade pública, faz-se necessária a menção da correta denominação da entidade. Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Desta forma, somos de parecer favorável, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 332/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a organização denominada Rede Mulheres Negras do Paraná, fundada em 05 de fevereiro de 2006, na cidade de Curitiba, com sede e foro neste município.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. Publ. no DA nº 086/07, de 02/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 540/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, faz-se necessária a inclusão da sigla (AMSM), a qual integra a denominação da associação que se pretende declarar de utilidade pública, conforme consta no respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 540/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Maringaense de Saúde Mental (AMSM), com sede e foro neste município de Maringá.”

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2943, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2934, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2938, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2940, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2942, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2945, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 2937, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposta de Emenda Constitucional nº 083/04.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 627, 634/07 e do Projeto de Resolução nº 027/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 611, 620 e 638/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 332, 540, 525 e 663/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Presidência

Ato

ATO DO PRESIDENTE Nº 015/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do regimento interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial de Reforma da Constituição, composta pelos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Elton Welter, Ney Leprevost, Francisco Bühner e Osmar Bertoldi, para opinar sobre a proposição nº 083/04, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar a Constituição do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.09.07.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1878/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7920/07, datado de 07 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, aposentadoria, a SANTIAGO LOSSO, matrícula nº 0622, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-01, de acordo com as Resoluções 007/04 e 009/05 e, pelas regras estabelecidas no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003, incorporando as vantagens que faz jus, 10 adicionais assegurados pelos artigos 170 e 171 da Lei nº 6174/70, sendo que os proventos foram calculados na proporcionalidade a 34/35 avos do cargo que ocupa e, os reajustes serão de acordo com o reajuste do servidor ativo (paridade), resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 16 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1879/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5734/07, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a SANDRA DE SOUZA ALMEIDA, matrícula nº 40646, portadora do RG nº 10.381.492-SP e do CIC nº 510.711.349-9, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 05 de julho de 1985, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1880/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6165/07, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ALVANYR MARA JARESKI GRAHL, matrícula nº 40450, portadora do RG nº 1.297.277-6-PR e do CIC nº 561.920.969-53, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de maio de 1986, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1881/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6264/07, datado de 25 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ADENIR NEVES ROCHA, matrícula nº 40235, portadora do RG nº 1.885.035-4-PR e do CIC nº 173.393.329-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 03 de agosto de 1983, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotada na Coordenadoria de Serviço Odontológico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1882/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7728/07, datado de 02 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a LORENE MARIA RITTER, matrícula nº 40624, portadora do RG nº 1.217.571-0-PR e do CIC nº 541.853.949-34, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 09 de julho de 1985, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1883/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7841/07, datado de 06 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a SANDRA ZAMPIER, matrícula nº 40729, portadora do RG nº 1.919.959-2-PR e do CIC nº 479.151.969-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de junho de 1986, ocupante do cargo de Contabilista, lotada na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1884/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7979/07, datado de 08 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a DIRCE CARVALHO SILVA, matrícula nº 40457, portadora do RG nº 574.178.5-PR e do CIC nº 574.498.139-04, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de julho de 1984, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1885/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8183/07, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a OVIDIO LACERDA FERREIRA, matrícula nº 40107, portadora do RG nº 724.097-PR e do CIC nº 232.307.629-91, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de abril de 1988, ocupante do cargo de Médico, lotado na Coordenadoria de Serviço Médico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1886/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8255/07, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CARLOS ARTHUR BONATO, matrícula nº 40306, portadora do RG nº 096.765-8-PR e do CIC nº 320.768.519-68, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 02 de junho de 1986, ocupante do cargo de Médico, lotado na Coordenadoria de Serviço Médico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1887/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6126/07, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a JOSE LUIZ VALERIO, matrícula nº 40590, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Encadernador, lotado na Coordenadoria da Gráfica, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1888/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6166/07, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ELAINE ESTEVES DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, matrícula nº 40999, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Agente de Saúde, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1889/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6709/07, datado de 04 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CLAUDIA RUSSI FARAH, matrícula nº 40603, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante de Consultor Jurídico, nível NUE-6, lotada na Procuradoria Geral da Casa, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1890/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7838/07, datado de 06 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a REGINA DA SILVA SOUZA TOKAWA, matrícula nº 40787, funcionária da Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei 6174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1891/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7843/07, datado de 06 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a MARISA CAMARGO DOS SANTOS, matrícula nº 40621, funcionária da Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Almoxarife, lotada na Coordenadoria de Almoxarifado, licença especial de três (03)

meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei 6174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1894/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8670/07, datado de 23 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ISABEL STEIN, matrícula nº 40503, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Datilografa, nível NTC-02, lotada na Diretoria Geral, dois (02) anos de licença sem vencimentos para o trato de interesses particulares, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 240, da Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1897/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8719/07 datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a NAIR ISABEL ROSA, matrícula nº 40639, portadora do RG nº 1.902.574-8-PR e do CPF nº 632.248.959-34, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 09 de julho de 1985, ocupante do cargo de servente, nível NBA-03, lotada na Diretoria de Pessoal, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1903/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8827/07 datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a LUIZ CARLOS STIVAL JUNIOR, matrícula nº 40296, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Porteiro NBA-03; três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6174/70. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1904/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8192/07 datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ELENIRA CARDOSO DE LIMA, matrícula nº 40611, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, 03 meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1905/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8354/07 datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CARLA APARECIDA BUENO, matrícula nº 40064, portadora da RG nº 4166.539.4-PR e do CPF nº

701.759.429-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 28 de fevereiro de 1991, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, 03 meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6.174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1906/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8210/07 datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CLAUDIO GRISALT, matrícula nº 40810, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Segurança, 03 meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01 de junho de 1998 e 01 de junho de 2003, nos termos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6174/70. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1941/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9672/07 datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder exoneração a pedido, a CARLOS EDUARDO JUNG, matrícula nº 492, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Jornalista nível NUE-03, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, nos termos do item I, do artigo 124, da Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portarias**

PORTARIA Nº 205/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8728, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

GERALDINE CECILIA CARTARIO RIBEIRO, matrícula nº 41.165, comunica retorno as suas atividades, junto ao Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 01 de setembro de 2007.

Gabinete da Diretoria Geral, 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 0204/07 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006 nas rubricas abaixo.

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33504100	2000	100	14.000.000,00
33904300	2000	100	1.000.000,00
			15.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	100	12.500.000,00
31901300	2000	100	2.500.000,00
			15.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 25.09.2007.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: ALEXANDRE CURI - Primeiro Secretário

Atas de Comissões**Redação**

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 150/07, 256/07, 355/07 e 459/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 289/07, 317/07 e 534/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado

Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 465/07, 562/07 e 563/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Nishimori apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 429/07, 477/07, 463/07, 571/07 e 573/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TERUO KATO - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

Especial de Reforma da Constituição

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
DA CONSTITUIÇÃO
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão Especial constituída para opinar sobre a Proposição nº 083/04, de

autoria do Poder Executivo, que acrescenta artigo 210-A, na Constituição Estadual, sob a presidência do Deputado Antonio Anibelli, para proceder sua instalação e eleição do Presidente da comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do Deputado Luiz Claudio Romanelli para Presidente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares e indicou o Deputado Osmar Bertoldi para exercer a função de Relator da mesma. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

Bloco Parlamentar Agropecuário

BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros do Bloco Parlamentar Agropecuário, constituído pelo Ato do Presidente nº 006/07, de 03 de abril de 2007, com o fim específico de instalar a comissão e eleger Presidente e Vice-Presidente da mesma. Verificada a existência legal, o Sr. Deputado Antonio Anibelli, 1º Vice-Presidente da Assembléia, declarou instalada a comissão e passou, em seguida para a eleição, quando foram eleitos os Srs. Deputados Elton Welter e Elio Rusch para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Elton Welter agradeceu a especial deferência de seus Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELTON WELTER - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

